

AS MICROPOLÍTICAS E A POLÍTICA TRADICIONAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Por

Roberta Canello

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Pensamento
Político Brasileiro do Programa de
Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

Orientador: Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Sociologia e Política
Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro**

A comissão Examinadora ,abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**AS MICROPOLÍTICAS E A POLÍTICA TRADICIONAL:UM DIÁLOGO
POSSÍVEL**

elaborada por
Roberta Canello

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira- UFSM
(Presidente /orientador)

Profa. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini - UFSM

Prof. Esp.Eduardo Leite Veleda - UFSM

Santa Maria, 2005.

RESUMO

Monografia de Especialização

Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

AS MICROPOLÍTICAS E A POLÍTICA TRADICIONAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

AUTORA: ROBERTA CANELLO

ORIENTADOR: DR. HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de junho de 2005.

Este trabalho busca analisar, a partir do contexto da globalização, o surgimento e atuação das micropolíticas, bem como sua interação com a política tradicional, com questionamento quanto a possibilidade de diálogo entre as duas formas. Para a análise, elencou-se as principais mudanças ocorridas com a globalização, não somente no aspecto econômico, mas principalmente no âmbito do político, apontando-se novas categorias políticas surgidas com o fenômeno, como, por exemplo, o pluralismo, a modificação nos partidos políticos e o surgimento de novas categorias, que se traduzem nas micropolíticas onde, a partir de tal cenário, discorreu-se sobre a forma de atuação de tais organismos, que se fazem presentes nas micropolíticas, questionando-se de que forma e em que medida as mesmas interferem na política tradicional.

Palavras-chaves: Micropolíticas, Globalização, Pluralismo.

ABSTRACT

Monograph of Specialization

Post- Graduate Program in Thought Brazilian Politician

Federal University of Santa Maria,RS, Brazil

MICROPOL AND THE TRADITIONAL POLITICS: A POSSIBLE DIALOGUE

AUTHOR: ROBERTA CANELLO

ADVISER: DR. HOLGONSI SOARES GONÇALVES SIQUEIRA

Santa Maria, June, 21th, 2005.

This work searches to analyze, from the context of the globalization, the sprouting and performance of the micropolitics, as well as its interaction with the traditional politics, questioning how much the possibility of dialogue between the two forms. With respect to the analysis, I pointed the main occurred changes with the globalization, not only in the economic aspect, but mainly in the scope of the politician, pointing itself new categories politics appeared with the phenomenon, as, for example, pluralism, the modification in the political parties and the sprouting of new categories, that if translate the micropolitics where, from such scene, was discoursed on the form of performance of such organisms, that if make gifts in the micropolitics, questioning itself of that it forms and where measured the same ones they intervene with the traditional politics.

Word-keys: Micropolitics, Globalization, Pluralism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 O CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: PARA UMA RE-ELABORAÇÃO POLÍTICA.....	11
2 UM CAMINHO PARA A RENOVAÇÃO:AS MICROPOLÍTICAS.....	24
3 A RELAÇÃO ENTRE AS MICROPOLÍTICAS E A POLÍTICA TRADICIONAL	38
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

Novos contextos, novos hábitos e atitudes, novas formas de se compreender e fazer as coisas, espaço-tempo reconfigurado, sentidos ressignificados, conceitos repensados, dinamização, autonomia, pluralismo, desterritorialização, descentralização decisória, novas agendas, novas pautas, novas políticas.

A globalização é fenômeno inquestionável e presente no cenário mundial que afeta a todos nós de maneira direta ou indireta repleta de positivities e negatividades. Principal fator que modifica parâmetros antes consolidados, a globalização nos apresenta a queda de barreiras geográficas, culturais, temporais, oferecendo novos significados para antigos hábitos e comportamentos, reconfigurando, sobretudo, a organização espaço-temporal.

Embora, na maioria das vezes, associada a questões econômicas, a globalização interfere não somente nestas, como, e senão principalmente, na vida cotidiana, social e política da sociedade, nas formas de se fazer, agir, sentir, pensar e viver. O global se faz sentir não apenas nas relações entre Estados, nos mercados, na mídia, mas atinge, direta ou indiretamente, os indivíduos e suas vidas.

Entre os reflexos da globalização destacam-se as mudanças no âmbito do político. Com a influência da globalização a política não mais é vista unicamente sob o ponto de vista do Estado e dos centros decisórios tradicionais. O surgimento de uma sociedade global traz, como consequência, a indeterminação de centros decisórios, fazendo com que o Estado não seja mais considerado o único responsável pela satisfação das necessidades de seus cidadãos, pois está cada vez mais direcionando suas atenções às questões de grande abrangência, consideradas como âmbito global.

A política escapa de seu antigo aposento ou multiplica-se em outros espaços e diversifica-se em novas formas. As questões, demandas, interesses e decisões,

fogem apenas à esfera estatal avançando para as mãos de grupos e mesmo indivíduos.

Nesse atual contexto, diz-se que a política partidária encontra-se em uma crise de grandes proporções, provocada, em alguma medida, pelas mudanças da globalização que, de certa forma, interferem na estrutura política do Estado, já que este, através de seus agentes políticos, passa a direcionar sua atenção para aspectos econômicos, de mercado e de relações internacionais, deixando muitas vezes desatendidas demandas e questões importantes para vários setores sociais.

Como conseqüência dessa espécie de inoperatividade do Estado ou não atendimento das demandas gerais da sociedade temos o crescimento do descrédito na política tradicional e, paralelamente, o surgimento de novas formas de compreender e fazer política. Novas formas baseadas nos movimentos, nos grupos e nos indivíduos.

O enfraquecimento da política tradicional (em especial, partidos políticos e governo) gera uma mobilização entre a sociedade civil, que se organiza em torno de idéias por ela defendidas, geralmente esquecidas pelas formas tradicionais, iniciando-se no local, podendo, através das crescentes formas de organização em rede, se expandir globalmente.

Os indivíduos possuem desejos e reivindicações que buscam ver atendidos, mas que não fazem parte da agenda política dos Estados. Surgem, dessa forma, lacunas que necessitam ser preenchidas. O distanciamento entre o que deseja a sociedade e o que propõe o Estado oportuniza, assim, o cenário propício ao surgimento de formas alternativas à política estatal, como as micropolíticas.

Estas, cada vez mais, ocupam os vazios deixados pela política tradicional e, através de seus princípios formadores e categorias que lhe são próprias não podem ser ignoradas, visto que são novas forças políticas. Novas formas de fazer política como estas, orientam-se e organizam-se pressupondo ou reivindicando princípios como o pluralismo, a autoconstituição e a autonomia. Por meio delas os indivíduos estão se aproximando de espaços políticos e públicos, antes abandonados em face do descrédito com a política tradicional.

Ainda, num mundo globalizado, as pautas levantadas nas micropolíticas crescentes, tendem a se articularem na forma de redes, alcançando, cada vez mais, potenciais e âmbitos globais. Nesse ponto, as ações deixam de ter conseqüências apenas locais, quando o local e o global interagem intimamente, o que se faz aqui

repercute lá e vice-versa. Os exemplos da amplitude global que as micropolíticas tem adquirido aparecem mais e mais, dia após dia.

Inegavelmente, os padrões políticos têm se alterado, o descrédito em relação aos partidos políticos tem se tornado evidente. A sociedade vem buscando, crescentemente, novos arranjos e novas formas de atuação. Suplementar as formas de política tradicional é o que se percebe como caminho real e razoável nas experiências das micropolíticas e novas formas de fazer política.

No entanto, resta, ainda, identificar a forma como os indivíduos melhor podem se agrupar e em que ponto se dá a interferência entre as diferentes formas de se fazer política, bem como aprofundar os questionamentos e a reflexão acerca da política no contexto da globalização, de como se dão tais mudanças nesta esfera, da crise da política tradicional ao crescimento das micropolíticas.

O problema colocado neste trabalho é, essencialmente, quanto à interferência das micropolíticas neste novo contexto. Questiona-se como a existência destas interferem na renovação da política tradicional. Dessa forma, proponho, enquanto objetivo fundamental, no presente trabalho, localizar a presença das micropolíticas, dos novos atores políticos e sua interferência na esfera política tradicional, inseridos no contexto da globalização. Investigo tais aspectos tendo como foco o contexto da globalização, e, como objeto fundamental, as formas as quais as micropolíticas se posicionam nesta realidade.

A partir do problema central, busco, ainda, desenvolver as problemáticas que se traduzem em identificar os mecanismos necessários para que ocorra a interferência das micropolíticas e qual é o efeito de tal interferência.

Considerando a importância da problemática, objetivo, ainda, identificar a contribuição das micropolíticas na alteração da política tradicional, através da análise da relação entre o processo de globalização e o surgimento das micropolíticas, relacionando-as com a política tradicional a fim de verificar se é possível a interação entre as duas formas, a tradicional e a inovadora, bem como qual a forma mais razoável em que possam se relacionar.

Também, tenho como meta, analisar, tendo como ponto de partida as considerações alcançadas, a possibilidade de renovação da política tradicional e atuação conjunta das micropolíticas. Identificar que papéis e espaços cada uma dessas formas de fazer política ocupa e de que forma é possível seu diálogo a fim de alcançar soluções e atender às demandas colocadas.

As reflexões neste trabalho apresentadas, quanto as micropolíticas e os novos atores políticos são de extrema importância no contexto político atual, pois as influências da globalização transbordam o âmbito do econômico afetando, de forma sensível, a arena do político. A crise, não apenas do Estado (sobretudo no atendimento das demandas a ele apontadas), mas também das representações políticas tradicionais, e dos tradicionais espaços de decisão política impõe a necessidade de se analisar quais são as alternativas que surgem nesse contexto de globalização.

As micropolíticas sobressaltam como um caminho possível, que embora não substitua a política tradicional, parece ocupar os espaços abandonados ou esquecidos pelo Estado, buscando solucionar, não raro de formas inovadoras, as questões, problemas e demandas que o Estado e a política tradicional não são mais capazes de atender. Ainda, com a globalização, as pautas inseridas nas micropolíticas ultrapassam o local, alcançando, por meio de suas redes, o âmbito global.

Como as micropolíticas se posicionam no contexto da globalização? Quais são os elementos que as constituem? Quais são os novos atores dessa forma política? De que forma se relaciona (ou pode se relacionar) com a política tradicional? Tais questões e análises são justificáveis e necessárias, pois esses fenômenos parecem estar dados, ocorrendo em nosso mundo de hoje. Detectá-los, refletí-los, problematizá-los e averiguar suas possibilidades é tarefa urgente, justificada pela existência concreta do fenômeno das micropolíticas e do avanço da globalização transformando, sobretudo, a forma de se compreender e se fazer política.

Inúmeros são os autores que vêm se dedicando ao estudo da globalização e seus reflexos na esfera política, entre os quais cito Anthony Giddens e Agnes Heller, cujas obras foram por mim utilizadas em todo o desenvolvimento do trabalho, como embasamento teórico fundamental. Trabalho os argumentos apresentados neste trabalho tendo como referência conceitos, teses, teorias, idéias e posicionamento presentes, principalmente, nas obras dos dois autores acima citados.

Utilizo-me deste referencial teórico como base para as reflexões colocadas e para o tratamento do problema presente neste trabalho, buscando, com tal suporte, analisar sob o ponto de vista teórico, ao mesmo tempo em que observo a realidade

fática de nosso contexto sócio-político, a forma como as micropolíticas se colocam e se relacionam em nosso contexto globalizado.

“As micropolíticas e a política tradicional: um diálogo possível”, divide-se em três capítulos. No primeiro, intitulado “O Contexto da Globalização: para uma re-elaboração da Política”, discorro sobre as mudanças, de uma forma geral, trazidas no contexto atual da globalização e das relações sociais e políticas de alta intensidade, relacionado-as a re-elaboração e ao novo entendimento sobre a política e a forma como sua arena se recoloca, enfocando a crise da política tradicional e o surgimento e crescimento das micropolíticas. Busco identificar e analisar o surgimento das micropolíticas a partir das mudanças advindas do processo da globalização.

Já no segundo capítulo, chamado “Um caminho para a renovação: as micropolíticas” trago uma conceituação do que são as micropolíticas, seus objetivos, princípios norteadores, enumerando alguns dos novos atores que nelas estão inseridos, bem como os elementos principais com que elas se relacionam, tais como o pluralismo, a autoconstituição e a autonomia. Almejo identificar mais detidamente as novas formas de política, colocando-as em relação com a política tradicional.

Por fim, no terceiro capítulo, denominado “A relação entre as micropolíticas e a política tradicional” busco problematizar os papéis ocupados pelas micropolíticas e pela política tradicional, enfatizando a inter-relação entre as duas formas, a necessidade do diálogo entre elas para efetivação de conquistas políticas. Trato, ainda, das contradições existentes neste processo que resultam, por vezes, na cooptação dos novos movimentos sociais e no enfraquecimento das redes de micropolíticas. Analiso e questiono as possibilidades de renovação da política tradicional e a atuação conjunta das micropolíticas.

1 O CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: PARA UMA RE-ELABORAÇÃO DA POLÍTICA

No decorrer das últimas quatro ou cinco décadas o mundo vem passando por significativas mudanças que transformaram o contexto social e político, outrora tido como padrão. Dentre tais mudanças a globalização, no sentido de transformação espaço - tempo¹, é por mim apresentada como um, senão o principal fator que modifica referências antes classificadas como modelos.

A globalização fez surgir novos contextos e trouxe novos significados a hábitos e atitudes da vida cotidiana. Na atualidade, percebemos uma relação muito estreita entre o global e o local, pois Segundo Giddens (In MILIBAND,1997,p.39) “nossas atividades cada vez mais são influenciadas por eventos ocorrendo do outro lado do mundo; e inversamente, hábitos locais de estilo de vida tornam-se globalmente conseqüentes”.

Os hábitos e procedimentos antes tidos como padrão sofreram alterações com a globalização, uma vez que ela provoca modificações também na vida cotidiana. Em uma sociedade globalizada a atitude ou o comportamento de uma pessoa em sua própria casa pode ter reflexos do outro lado do mundo. De uma maneira gradual, todas as esferas - coletiva, individual, social e política - são afetadas pelas contradições da globalização.

Os produtos que consumimos, nossas idéias e opiniões sobre determinado assunto, nossa prática cotidiana não mais se resume ao nosso próprio ambiente, mas sim ao ambiente compreendido como um todo, como um só mundo, mas ao mesmo tempo repleto de diferenças.

A moda é ditada em Milão, Paris, Nova Iorque e é utilizada no Brasil, na Argentina, na África, ou vice-versa. O produtor de alimentos é regido pelas preferências dos consumidores não somente do local onde produz, mas, na maioria

¹ GIDDENS In MILIBAND, 1997, p. 38.

das vezes, de outros lugares até mesmo longínquos. A cura de uma doença descoberta em um continente certamente trará benefício mundial. A música, o cinema, a cultura reproduz-se com uma velocidade impressionante, invadindo nosso espaço e nos colocando em contato com o todo.

O surgimento de uma nova sociedade global acarreta modificações na ordem do capital, trabalho, tempo, espaço, ser, agir e sentir, assim como transforma as relações entre Estados, já que assuntos sociais, econômicos, culturais e políticos, antes tidos como de interesse nacional, passam a fazer parte do mundo global, interferindo não somente onde ocorrem, mas em diferentes partes do globo.

Mantendo suas diversidades e problemas internos, as sociedades estão definitivamente articuladas em uma verdadeira nação global, que compreende processos e relações dos mais variados tipos, mesmo que, várias vezes, operem de modo desigual. Os indivíduos são objetos das transformações que estão ocorrendo, quando seus reflexos acarretam mudanças em suas profissões, seus espaços de lazer e dentro de sua própria casa.

Não podemos mais analisar as relações de trabalho, por exemplo, da mesma forma que fazíamos anteriormente. Os modelos tradicionais de relação de emprego estão desaparecendo; funções estão sendo remodeladas e resignificadas diante das alterações introduzidas com a globalização; percebemos inúmeras ocupações que surgem em decorrência do processo, como, por exemplo, trabalhadores virtuais, que não se afastam de sua casa mas que se encontram inseridos no mundo do trabalho, através da prestação de serviços para empresas.

Espetáculos culturais rodam o mundo, filmes são assistidos pelas mais variadas platéias, idéias são debatidas em videoconferência, com participantes dos mais diversos países. Da mesma forma, as alterações sofridas pela natureza, por exemplo, em um determinado local podem gerar manifestações por pessoas do outro lado do planeta. Ainda, assuntos como violência, meio ambiente, gênero, não mais são debatidos por certos grupos e sim por uma quase totalidade, espalhada pelos quatro cantos. Não raro observamos manifestações contra a violência, o porte de armas, a favor do desarmamento ocorrendo em vários locais espalhados pelo mundo, ao mesmo tempo, em um movimento sincronizado e coletivo.

A modernidade via o tempo como algo dinâmico e o espaço como fixo; entretanto, tal não é estático, já que a atividade humana transforma-o. A globalização trouxe como uma de suas grandes inovações a dinamização não

somente do tempo, como também do espaço. O que ocorre é que as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em várias direções, conhecidas ou desconhecidas. As ações políticas, econômicas, sociais, culturais não mais podem ser localizadas em um ponto específico, senão em diversos locais, porque a globalização desloca ou dissolve fronteiras, centros decisórios e pontos de referência.

A economia hoje se organiza em centros de comando interligados, permitindo a expansão e incorporação de novos mercados, derrubando barreiras e transformando o espaço.

A política não mais pode ser considerada como local, pois decisões tomadas de forma localizada podem acarretar efeitos mundiais. Nosso cotidiano não é mais particular, já que nos encontramos interligados e conectados com o mundo. Nada mais é exato, não vislumbramos início ou fim. Destaco aqui uma das características da globalização, denominada desterritorialização.

A desterritorialização torna tudo e todos mundiais, sem referência fixa, já que altera de forma contundente a questão do espaço, nos apresentando um novo mundo. A globalização tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as idéias. Sem prejuízo de nossas origens, adquirimos algo de deslocado, genérico, indiferente. Fronteiras naturais inexistem, bem como lugares desconhecidos. Nós pertencemos ao mundo, e o mundo todo nos pertence.

Os centros decisórios mundiais, antes tidos como determinados, não mais podem ser localizados. Eram pontos de referências, hoje se encontram deslocados, dispersos. Dispersos também são os lugares, as empresas, os conglomerados, os grupos grandes e pequenos. Tudo se torna global: dilemas sociais, políticos, culturais e econômicos não mais pertencem a um só, mas a todo o mundo.

A desterritorialização, por outro lado, pode implicar uma certa subordinação de aspectos políticos aos movimentos do capital, da economia, já que por várias vezes o Estado-Nação está operando mais como um regulador da economia e articulador de capitais e limitando sua atuação a pequenas interferências em demais problemas cotidianos no interior de seu próprio país.

Não raro vislumbramos a formação de verdadeiras agências reguladoras, em face da inexistência desse centro comum, que se torna necessário até mesmo para

possibilitar que os indivíduos não se sintam completamente deslocados, sem identidade no cenário mundial.

Entretanto, a falta de um centro não pode ser considerado como fator para diminuição nas ações dos indivíduos, já que possibilita movimentos de caráter emancipador, diverso de práticas políticas tradicionais. A busca por referências e por grupos de indivíduos com interesses em comum transforma as atitudes cotidianas em verdadeiras atitudes de micropolíticas, já que dispersada por vários grupos, sem um centro maior ou uma instituição única, que determina as regras. Feher; Heller (2002, p.57) diz que “ o fato de as sociedades modernas ocidentais terem perdido seus centros organizadores permite maiores possibilidades para um projeto de democratização do que fora isso aconteceria”.

Além da modificação do espaço, a globalização nos traz a transformação do tempo, que é fragmentado e não pode mais ser mensurado como na modernidade. O que ocorre é uma compressão tempo-espaço, que torna menor o mundo, derrubando barreiras, desenvolvendo novas tecnologias, abolindo distâncias. Segundo Siqueira (2001) “as qualidades objetivas do tempo e do espaço são revolucionadas, e nossa representação do mundo é alterada”.

A globalização não pode ser concebida como um processo natural, decorrente das transformações sociais. O desenvolvimento do processo de globalização foi promovido por Estados, corporações internacionais, e outros grupos, através do desenvolvimento de pesquisas nas áreas de comunicação, políticas de liberalização e privatização, entre outros.

O aprofundamento do processo de globalização, em especial em termos de comunicação e tecnologia, produz uma verdadeira mudança nas formas de produção, de consumo, de pensar e de se fazer política. Estamos diante de uma nova era tecnológica, que surge em face das novas tecnologias de informação, que estão determinando nossa capacidade de produção, nossas atividades, nosso padrão de vida.

Novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos estão interconectados em todo o mundo.

Não somente o capital está conectado mundialmente, mas todos nós, de uma forma ou outra, nos encontramos ligados a diversos pontos ou lugares, muitas vezes

até mesmo desconhecidos. Cito como um dos exemplos das novas tecnologias surgidas com a globalização a internet, essa grande rede que nos conecta.

Com apenas um “click”, um aperto em um botão, somos transportados sem sair do lugar, até onde nossa curiosidade nos atrai ou permite. Da mesma forma, as informações circulam em tempo real, em uma velocidade nunca antes imaginada, pelos mais longínquos lugares. Não mais podemos alegar o desconhecimento de um fato já que na atualidade os fatos são cada vez mais de importância mundial, invadindo nosso espaço e nos colocando sempre no centro dos acontecimentos.

As novas tecnologias oportunizadas com a globalização podem ser encontradas também na ciência, que cada vez mais avança em direção ao que antes poderia ser considerada até mesmo um sonho ou ilusão dos cientistas. Processos científicos como clonagem, mapeamento genético, descoberta de doenças, suas causas e combate somente são possíveis face a troca de informação mundial, à queda de barreiras, enfim, às novas formas de comunicação e término de preconceitos.

Vislumbro hoje “uma rede global de interação”², já que a característica das novas tecnologias não é a centralidade mas sim a difusão de informações e conhecimentos, em especial nas novas tecnologias de comunicação onde não vislumbramos somente a possibilidade de se utilizar da tecnologia como também aprimorá-la. Dessa forma, os sistemas de comunicação, computadores, descobertas científicas podem ser considerados como extensões da mente humana.

Concordo quando se afirma que

Todas as expressões culturais, da pior a melhor, da mais elitista a mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, e um supertexto histórico gigantesco as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. (CASTELLS, 1999,p.458)

Acrescento ainda, que as novas tecnologias, em especial as de comunicação e informação, oportunizam um modo de difusão em grande escala de novas idéias políticas e favorecem a organização/ação dos novos movimentos que caracterizam

² Utilizei-me da expressão pois considero compatível com o movimento globalizador onde todos estamos conectados. No entanto, Castells se utiliza da expressão quando trata da criação de um sistema econômico, a partir de uma conexão entre informações e conhecimentos da economia, alcance global, organização em rede e revolução nas tecnologias de informação. Sobre isso, ver Castells, 6° ed, p.119.

as micropolíticas, no momento em que as informações se encontram disponibilizadas à múltiplos usuários e permite a propagação de idéias antes conhecidas por poucos.

Os novos movimentos se utilizam da rede de uma forma ativa na luta antiglobalização por eles empreendida; os protestos de Seattle, Davos e Praga demonstram a possibilidade de utilização das novas tecnologias para convergir, em uma só direção, o sentimento dos excluídos frente ao mundo globalizado e dominado pelos mercados. Ainda, a internet foi, sem dúvida, o instrumento imprescindível para o movimento pela paz, ocorrido no ano de 2004, que mobilizou um número expressivo de pessoas, nos mais diversos e longínquos lugares, em uma mesma direção e com um mesmo objetivo.

Entretanto, ao mesmo tempo que é um instrumento sem dúvida facilitador e agregador, é também utilizado por grupos extremistas, racistas, que não aceitam a diversidade, o pluralismo, o outro e se utilizam da tecnologia para propagar suas idéias radicais e de pouca aceitação. Digo isso porque basta “navegar” pela internet para descobriremos informações das mais variadas, desde como se proteger de ataque terrorista até como se tornar um terrorista.

As novas tecnologias trouxeram uma verdadeira revolução da informação, oportunizando estruturas que favorecem a participação política. Através da ampliação das formas de comunicação há hoje a real possibilidade de todos os indivíduos tomarem parte nas decisões, apontando reivindicações e exigindo soluções. Da mesma forma, as novas estruturas fazem com que o poder público esteja sempre exposto e sujeito a fiscalização dos seus atos. A tecnologia permite abrir um caminho de articulação e intervenção política, na medida que é possível ampliar o número de espaços e relações, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Entretanto, encontramos ainda segmentos populacionais ou áreas territoriais que se encontram excluídas destas novas tecnologias. Ao mesmo tempo que tornam o capital global, as novas tecnologias podem empobrecer aqueles que não dispõem de recursos para utilizá-las. Refiro-me novamente a internet. Embora milhares de pessoas se utilizem da rede, outras milhares sequer tem acesso a um computador, muito menos à rede. Tal desigualdade pode ser considerada como o traço mais marcante no desenvolvimento das novas tecnologias, embora seu alto grau de difusão mundial. O que ocorre é uma verdadeira segmentação de usuários, onde

encontramos as mais variadas formas de expressão sobre os mais diversos temas, transformando sem dúvida nossa realidade em virtualidade.

Não obstante a existência de tal desigualdade, não é possível negar a grande importância da revolução da informação para a difusão e conhecimento de novas práticas políticas, já que

(...)vivenciamos o mundo-como-um-todo porque as novas tecnologias de comunicação e informação trazem-no para dentro de nossas casas e simultaneamente nos levam para fora, colocando-nos em contato com outros costumes, outras maneiras de ver o mundo, de viver a riqueza e sentir a pobreza (SIQUEIRA, 2001).

A globalização se trata de um processo que pode ser caracterizado por profundas transformações e reformulações nos campos da economia, tecnologia, na vida política e cotidiana. A partir desta nova realidade, é preciso a análise e a compreensão de novos conceitos e categorias surgidos com ela, em especial nas atuais configurações da política, e nas tomadas de decisões, e que destaco aqui àquelas relacionadas à esfera política.

Geralmente, entende-se que a globalização é somente econômica, vez que uma das mudanças mais significativas se deu na ampliação dos mercados financeiros, que atuam em tempo cada vez mais real. Entretanto, a idéia de globalização não pode ser aplicada somente às relações econômicas.

Assim,

A globalização, não diz respeito em absoluto apenas, ou mesmo basicamente, à interdependência econômica, mas à transformação do tempo e espaço em nossas vidas. Eventos distantes, quer econômicos ou não, afetam-nos mais direta e imediatamente que jamais antes. Inversamente, decisões que tomamos como indivíduos são com frequência globais em suas implicações (GIDDENS, 2000, p.41).

Estamos diante de um novo tempo, uma nova era, com diversas características, repleta de positivities e negatividades. Aponto como uma das principais características desse novo século a valorização do intangível, do conhecimento e dos serviços agregados aos produtos.

Em um mundo transformado pelo consumismo, observamos que o que é valorizado não é somente o produto, as coisas, os materiais e sim o serviço e o conhecimento agregado ao produto. O conhecimento, o saber, é, a cada dia que passa, mais valorizado e de grande importância, já que somos movidos pela busca

de satisfação de nossas necessidades, que podem ser traduzidas por desejos que devem ser saciados, e que movimentam e transformam o mundo. Muitas das necessidades permitem transformações na área do saber, do econômico e do político, já que trazem exigências que hoje não são mais satisfeitas nos padrões tradicionais.

Vemos hoje a transformação de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo, traduzida pela busca desenfreada da satisfação das nossas necessidades, muitas vezes encontradas não no mercado através de objetos, mas sim de sensações.

Nosso cotidiano é marcado pela velocidade das mudanças, pela diversidade, pelo obsolescimento das idéias, conceitos, formas. A atualidade impõe-nos uma permanente revolução, trazendo ao cenário uma ampla diversidade cultural, científica e tecnológica. Sem dúvidas a globalização nos transmite um significado de indeterminação, ausência de um centro determinado, que, como já analisado, não impede ações e práticas políticas desenvolvidas pelos indivíduos, que transformam tal ausência em incentivo para reinventar e redescobrir novos significados.

Percebo, no entanto, que a globalização também é problemática e contraditória. Ao mesmo tempo em que derruba fronteiras, possibilita progresso social e econômico, permite o maior acesso a informação e à tecnologia, gera o aumento da desigualdade social, a destruição ambiental, a alienação e o isolamento do indivíduo.

Embora fronteiras geográficas estejam quase que imperceptíveis, as distâncias entre camadas sociais têm um significativo aumento. A globalização propicia um aumento na estratificação social, separando a elite cosmopolita de um restante da população que não se encontra integrada no processo. A esse respeito Baumann (1999,p.84) afirma que “ajudam os habitantes locais a permanecerem locais ao mesmo tempo que permitem aos globais viajar com a consciência limpa”.

Ao mesmo tempo que possibilita a queda de barreiras geográficas, territoriais, culturais, oportunizando a expansão dos limites, a mobilidade e a criatividade, confina certos indivíduos em seu lugar originário, já que se encontram excluídos do processo e não dispõe dos meios necessários para a remoção das barreiras.

É possível perceber até mesmo um certo isolamento entre camadas populacionais, desagregando ao invés de agregar, aumentando as diferenças e as desigualdades, quando poderia favorecer a eliminação das diferenças.

A alienação e o isolamento se mostram hoje como grandes desafios a serem superados. Vislumbro o término do contato pessoal e da troca de experiências de vida, substituídos por conversas virtuais e comunidades virtuais. Entendo a intolerância em relação ao diferente, ao indivíduo estranho ao grupo, ao invés de reconhecê-lo como portador de uma história de vida, direitos, desejos.

Ao mesmo tempo em que nos vemos diante de um mundo sem fronteiras, criamos nossas barreiras pessoais e as transformamos em intransponíveis. O mundo é, ao mesmo tempo, um complexo de realidades, uma verdadeira heterogeneidade de formas, indivíduos, ao passo que cada vez mais nos vemos preocupados com nossa própria existência, segurança e felicidade, esquecendo dos demais.

Associamos hoje a desigualdade com a violência real, que faz com que sistemas de segurança sejam aperfeiçoados, carros sejam blindados, casas cercadas. Anteriormente nos preocupávamos com o futuro da humanidade; hoje, somente com o nosso próprio futuro. O coletivo está se tornando individual, fazendo com que os espaços públicos se tornem cada vez mais raros e restritos.

Assim,

Para alguns a 'globalização' é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, 'globalização' é o destino irremediável do mundo, um processo que nos afeta a todos na mesma medida e na mesma maneira. Estamos todos sendo globalizados – e isso significa basicamente o mesmo para todos (BAUMANN, 1999,p.7)

A partir dessa análise, e como foco principal de meu trabalho, destaco que com o processo de globalização começam a surgir também novos espaços para a participação política e social, o que significa que as relações entre sociedade e Estado começam a sofrer modificações.

Não podemos compreender a globalização somente no aspecto macro, transnacional ou supra-estatal. Devemos observar suas conseqüências em âmbito

regional, local, avaliando-se de que forma e em que medida suas características afetam a estrutura político-partidária da sociedade, já que a mesma traz crescentes desafios quando modifica referências tradicionais, em especial algumas categorias do pensamento político como sociedade civil, Estado, partidos políticos e movimentos sociais.

Quando pensamos no aspecto político, percebemos que as transformações proporcionadas pela globalização acarretam mudanças significativas nesse setor. Vivemos hoje em um mundo sem fronteiras, em que o Estado- Nação está se tornando uma ficção, os políticos vem perdendo seu poder efetivo e novas formas de se fazer política assumem seus lugares.

Saliento que a política “tradicional” encontra-se em uma crise de grandes proporções que, de certa forma, interfere na estrutura política do Estado, já que este, através de seus agentes políticos, passou a direcionar sua atenção para aspectos econômicos e de mercado, deixando muitas vezes desatendidas questões importantes para outros setores sociais.

Na verdade segundo Giddens (2000, p.52), “a globalização, juntamente com o comunismo, alterou os perfis da esquerda e direita”. Tal alteração de perfis anteriormente definidos e conhecidos da população, aliados com o direcionamento das atenções do Estado para setores considerados supra-nacionais levou a uma descrença generalizada nas instituições tradicionais.

Tais instituições, na atualidade, parecem não mais comportar e enquadrar questões importantes, como, por exemplo, gênero ou políticas ambientais, quando as mesmas trazem uma nova orientação as prioridades políticas e colocam no cenário político concepções políticas diversas das tradicionais.

Na modernidade, a política foi caracterizada pela dicotomia esquerda-direita, onde os partidos políticos e o parlamento eram classificados como agentes políticos, reduzindo a atuação de classes e principalmente dos cidadãos. A política pragmática tinha por objetivos exclusivos obter o poder e nele permanecer. Entretanto, não podemos mais conceber que esta seja a finalidade única e a válvula motora dos atos políticos.

Com a emergência da globalização, as práticas políticas tradicionais perdem seu espaço, em face das transformações advindas desse processo. Não é mais possível a resolução dos problemas através da “política tradicional”, fugindo-se assim da tradição esquerda-direita. É necessário um maior engajamento e

participação da opinião pública e dos indivíduos hoje globalizados, o que acarreta uma maior participação dos indivíduos na esfera pública.

Hoje nos deparamos com exigências e mudanças no nosso cotidiano que exigem opiniões e atitudes dos representantes das classes políticas tradicionais, onde seus atos afetarão não somente o executor, mas todos os membros da instituição, grupo, país.

Os atores políticos na atualidade não são mais aqueles que eram encontrados nas esferas tradicionais do poder. As mudanças advindas com a globalização, a reformulação de conceitos faz com que a afirmativa de Giddens (2000) “a política mudou de lugar” se torne cada vez mais verdadeira.

Na verdade, o que ocorre é que as idéias, as necessidades, as discussões surgem fora do círculo tradicional, mas por ele são absorvidos. A política surgida com a globalização tem como uma de suas características a ênfase nos movimentos sociais, culturais e políticos. O enfraquecimento e até mesmo o desaparecimento das classes organizadas e das estruturas tradicionais da política, aliados a conforme Feher; Heller (2002,p.19) “ascendência do caráter funcionalista da sociedade” , trouxeram uma reorganização e modernização dos aspectos tradicionais.

A globalização trouxe como uma de suas conseqüências um certo desencontro entre o que deseja a sociedade civil, no que se refere a aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e a adoção de medidas pelo Estado que, cada vez mais, encontra-se movido por forças externas e transnacionais.

Em uma concepção política tradicional o Estado-nação era compreendido como o centro da política, onde as decisões eram tomadas e abrangiam todos os elementos constituintes do Estado. A produção da política encontrava-se restrita a um só organismo, de onde emanavam todas as decisões. Com a globalização, o Estado-nação tem sua autonomia reduzida e o seu poder central está dividido entre vários outros organismos.

O direcionamento das atenções do Estado para questões macro, voltadas de certa forma para a política externa e econômica faz com que as orientações das forças predominantes na sociedade civil, em termos de povo, setores sociais subalternos ou a maior parte das classes assalariadas não encontrem condições políticas de realização. Tal situação vem constituir uma verdadeira fonte de pressão para que essas categorias se organizem e lutem por seu espaço dentro da nova concepção política que surge na atualidade. Assim, para que possam reivindicar seu

lugar, seus direitos e sua posição é necessário que os mesmos se organizem, o que já vem ocorrendo.

Na modernidade percebe-se como pressuposto para a ação política a utilização de conceitos como esquerda/direita, público/privado. Entretanto, a globalização traz a superação das oposições tradicionais da modernidade em face da mudança no cenário político e histórico. Na modernidade, contávamos conforme Siqueira (2003,p.165) “com uma totalidade estável, a idéia de ordem perfeita de progresso inevitável da história e o predomínio da noção de coletividade “.

As inúmeras mudanças advindas do processo de globalização, e as quais me referi anteriormente de forma geral, refletem em nossas ações cotidianas. Passamos de um mundo caracterizado pela totalidade para uma real fragmentação, onde encontramos uma verdadeira multiplicidade de agentes, de pequenos grupos, derrubando o conceito de massas ou classes representadas³. A certeza da modernidade transformou-se em incerteza e o coletivo nos é apresentado como sujeito principal, em contraposição a centralidade dos indivíduos modernos.

A política moderna pode ser caracterizada, ainda, pelos conflitos entre as organizações de classe e o Estado, onde se desconsideravam questões específicas e localizadas relativas a pequenos grupos e a indivíduos.

Com a globalização nós temos uma inversão da “luta”, onde os interesses dos indivíduos se sobrepõe aos da classe, e os assuntos surgidos nas vias não institucionalizadas (novos movimentos, ONGS), ocupam o centro do espaço político.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a globalização faz surgir novas formas políticas, oportunizando vez e voz aos que antes não figuravam no espaço político mundial, é por eles criticada e contestada. Vários são os movimentos que se voltam contra a globalização, acusando-a de todas as mazelas sociais, econômicas e políticas existentes na atualidade.

Tal aspecto, embora importante, não pode ser considerado característica da nova política, pois a política surgida com a globalização volta-se às necessidades básicas dos indivíduos, porque, na atualidade, concebemos a política de uma forma restrita, onde as decisões políticas, cada vez mais, direcionam-se a pequenos grupos ou a certos segmentos, e não somente ao coletivo.

³ Conforme Siqueira (2003, p. 164), tal situação oferece “um potencial liberatório ao conjunto dos movimentos sociais”

Com a desvalorização da política e o esvaziamento aparente de poder do governo em Giddens (2000) vislumbramos o cenário propício ao surgimento de formas substitutivas da política tradicional. Tais traduzem-se pelo surgimento de novos movimentos sociais, organizações não governamentais, comunitárias, também reconhecidas como micropolíticas.⁴

⁴ O conceito de micropolítica será desenvolvido em capítulo próximo.

2 UM CAMINHO PARA A RENOVAÇÃO: AS MICROPOLÍTICAS

As modificações nas estruturas políticas como consequência do processo de globalização, conforme apresentei no capítulo anterior, dão respaldo ao surgimento do que vou denominar de “uma nova forma de se fazer política”, que se traduz através das micropolíticas.

Com a perda de definições antes claras, como direita e esquerda, público e privado, percebemos hoje uma maior individualização nos interesses políticos e sociais, bem como nos conflitos existentes. Tal situação, contudo, não significa um desengajamento político, e sim uma nova maneira de participação, transferindo a responsabilidade de mudanças do Estado, da política tradicional, para outras esferas, constituintes das micropolíticas.

Cada vez mais é possível perceber o distanciamento gradual dos indivíduos de suas opiniões políticas tradicionais, quase inexistindo um perfil determinante. O que ocorre é que, em determinadas situações vinculam-se em um lado conservador, e, em outras, prevalecem opiniões de vanguarda. Na verdade, os padrões de referência não são mais rígidos e inflexíveis, mas sim uma combinação dos dois pólos da política tradicional.⁵

Como afirma Siqueira (2003,p.171) “Identidades coletivas de classe e os grandes partidos são substituídos por formas plurais e específicas”, que vem a cada dia se firmando no cenário político como a forma de participação encontrada por grupos antes afastados da organização política.

Percebemos na atualidade uma crise no modelo tradicional da política, onde enfatizo a crise dos partidos políticos. Anteriormente, os partidos políticos tinham como uma de suas características a “ligação” entre a sociedade e seus anseios, e o Estado como provedor dos mesmos. Hoje os partidos já não exercem tal finalidade, pois se tornaram estruturas clientelistas e hierárquicas que contemplam tão somente

⁵ Beck (1997, p.33) afirma que “todo mundo pensa ou age como um direitista ou um esquerdista, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológica ou antiecológicamente, política e não politicamente, tudo ao mesmo tempo. Todos são pessimistas, pacifistas, idealistas e ativistas em aspectos parciais do seu ser”.

o voto como forma de participação cidadã, afastando-se cada vez mais dos cidadãos e das questões públicas.

Os partidos tradicionais se caracterizam por uma estrutura hierarquizada, onde dirigentes e funcionários executam decisões que não contam com participação popular, se afastando progressivamente dos cidadãos. Tal estrutura, conseqüentemente, enfraqueceu a participação política, desvinculou os eleitores até o descrédito que percebemos hoje, já que não é mais possível executar mudanças necessárias, sociais ou econômicas, através dos partidos políticos, tamanha a desvinculação dos mesmos em relação a sociedade.

Os antigos sistemas representacionais da sociedade, os partidos políticos, constituem-se cada vez mais em instituições desacreditadas, burocratizadas e que não refletem os anseios populacionais, suscitando a criação de novas formas de se fazer política, desvinculando-se do modelo tradicional, conclamando a sociedade a participar do processo político, possibilitando locais para expressão das opiniões através dos grupos constituintes das micropolíticas.

Concordo com Siqueira (2003) quando o mesmo afirma que os partidos ignoraram as questões do cotidiano e conseqüentemente valores relativamente óbvios de dignidade e de qualidade de vida. Tal comportamento acarretou uma verdadeira desilusão e indiferença da sociedade civil em relação às instituições políticas, favorecendo ainda mais a formação e o surgimento das novas formas de se fazer política.

Os partidos políticos e seus representantes não são mais os detentores do poder político, que hoje se encontra em outros organismos. Isso porque na atualidade, os cidadãos não mais aceitam que seus interesses sejam discutidos em locais de difícil acesso, sem que sua opinião seja ouvida. Desejam participar das discussões políticas e das decisões democráticas, não somente através do voto, mas opinando efetivamente, se fazendo ouvir e tendo suas reivindicações atendidas.

Estamos diante de uma descentralização do poder político, que se constitui segundo Giddens (In MILIBAND, 1997, p.50) em “condição da eficácia política da exigência de fluxo de informação de baixo para cima, e do reconhecimento da autonomia.”

Não mais podemos conceber a existência de uma política baseada em interesses e percepções de classes distintas, já que as divisões da política

tradicional, como direita/esquerda, cada vez mais, ainda, sofrem transformações que refletem o movimento globalizador.⁶

Ao adotar uma concepção bipolar, dividida entre direita e esquerda, a política reveste-se com uma forma fixa, estabelecendo objetivos opostos com direções definidas. A globalização, conforme já aponte, veio desestruturar a rigidez das posições bipolares, trazendo ao cenário político novos atores que não se encontravam inseridos nos modelos tradicionais de partidos políticos, parlamento e sindicatos.

A nova forma política que destaco no presente trabalho tem como uma de suas características a incompatibilidade com qualquer política redentora, que, segundo Feher; Heller (2002, p.54) é “aquela em que se vê um único gesto final como portador da redenção última da sociedade e para cada pessoa que nela vive”. Digo incompatível pois vivemos em um estágio de desenvolvimento que não permite a projeção de ações visando resultados a longo prazo. O que importa é o aqui e o agora, que as soluções sejam apontadas e os problemas solucionados de forma quase imediata.

A política moderna preocupava-se com os conflitos entre o Estado e as organizações de classe e, como diz Siqueira (2003,p.165), “deixava de lado questões específicas dos indivíduos e de microgrupos em geral”. Justamente nesse ponto emerge a nova política, que se apresenta com características próprias e se liberta dos padrões da modernidade⁷.

A nova forma política que apresento neste trabalho traz, em sua constituição, nas palavras de Warren (1996,p.52), uma “ideologia do antiautoritarismo e descentralização do poder” . Com a busca da democratização da sociedade questionam e revisam o autoritarismo presente no Estado e nos partidos políticos, através da ruptura que estabelecem diante das práticas políticas tradicionais.

⁶ Segundo Feher; Heller (2002, p. 13), surgem na direita e na esquerda, inconfundíveis tendências de políticas pós-modernas baseadas na função e visando à função, num duplo sentido. Visam, em primeiro lugar, a fortalecer ou eliminar, respectivamente, uma função individual da modernidade. São os movimentos que surgem arrasadoramente como ações sobre um único problema e que epitomizam a política funcionalista pós-moderna. Em segundo lugar, mais uma vez na direita e na esquerda há as tentativas mais gerais de reorganizar a rede de funções existentes de uma determinada sociedade. As tendências e rebeliões na política atual não podem ser entendidas em categorias de classe modernistas, pois sua interpretação em termos estritamente estruturais (de classe) levaria a resultados absurdos.

⁷ Ainda conforme Soares, (2003, p. 167), a nova política se caracteriza também como uma forma de “oposição às políticas de classe e de partido do tipo totalizante.

Devido a descentralização do poder, ocasionada pela desterritorialização, conforme abordei no capítulo anterior, as ações políticas se encontram dispersas em diversos locais, o que não impede as possibilidades de ação ou mudança das relações sociais. Pelo contrário, a dispersão dos atores políticos favorece e impulsiona o surgimento de novas demandas e reivindicações, que abrangem todas as esferas sociais, sem esquecer o próprio cotidiano.

Assim, a crise dos partidos políticos, somada as transformações das concepções bipolares e tradicionais da política moderna trazem a tona o surgimento da nova forma da política: micropolíticas, que não podem ser enquadradas nas instituições clássicas.

Digo isso porque micropolítica, segundo Beck (1997,p.35), “significa moldar a sociedade de baixo para cima”, que nada mais é do que a minimização do espaço da política tradicional, sua perda de poder.

As micropolíticas se constituem como novos espaços de poder ocupados pela sociedade civil em relação ao Estado, permitindo a participação dos indivíduos, através de novos elementos como autonomia, descentralização e pluralismo, respeitando a diversidade, culminando com uma participação democrática e efetiva.

Através das micropolíticas, e não da política tradicional, os temas de interesse da vida dos indivíduos são trazidos a agenda política, com a interferência direta dos grupos e movimentos constituintes das micropolíticas, que são todos os movimentos e organizações que surgiram, a partir da década de 80, com um objetivo diverso e contestador da ordem política tradicional, que se utilizam de vias não institucionalizadas para efetivamente se fazer ouvir.

Entre as organizações características das micropolíticas, destaco, na impossibilidade de enumerar todos, os Novos Movimentos Sociais (NMS), Organizações Não-Governamentais (ONGS), organizações de bairro, escolas, entidades civis sem fins lucrativos, os movimentos feministas, ecológicos, anti-racistas, pela paz, pela infância, movimentos dos sem-terra, sem –teto, o novo sindicalismo, voluntariado, auto-ajuda, de consumidores, pacifistas, de estudantes, de docentes, enfim, todos os grupos que se constituem sem relações hierárquicas e com organização informal, criando uma gama de relações sociais no cotidiano que, nas palavras de Warren (1996,p.57), são “pautadas por formas coletivas de tomada de decisão, democratização completa das informações e um crescimento das práticas comunitárias” .

Os NMS, ONGS, grupos comunitários e outras entidades introduzem uma nova concepção política relativa à prática tradicional. Através desses grupos, possibilita-se uma articulação de novas idéias, concepções diversas das tradicionais, uma maior participação social⁸.

Esses assumem, de forma efetiva, o papel antes exercido somente pelos partidos políticos, e até mesmo pelo Estado, que não mais podem ser entendidos como representações absolutas e sim como escreve Siqueira (2003,p.174) “constituintes de uma formação social hiperplural, na qual os novos movimentos têm um papel decisivo e independente”.

Na verdade, as micropolíticas oferecem o espaço buscado pelo indivíduo que planeja participar do processo político expressando suas opiniões, reivindicando direitos e soluções aos problemas. A busca por esse espaço longe dos locais tradicionais da política, em direção inversa ao que oferecem o Estado e os partidos políticos confirma a crise atravessada pelos mesmos e uma verdadeira transformação nos locais da política.

Através das micropolíticas, possibilita-se aos grupos, agentes, indivíduos e movimentos antes afastados do processo político uma participação efetiva no arranjo da sociedade, na verificação e indicação das prioridades sociais. Na verdade, as micropolíticas se orientam na direção de uma sistematização da sociedade.

Isso porque oportunizam a formação e expansão de novos grupos políticos independentes de reconhecimento dos modelos políticos tradicionais ou bipolares e, no momento que as decisões são tomadas dentro de cada grupo específico e aplicadas tanto de forma local quanto global, acabam por resgatar a participação política dos indivíduos antes excluídos deste processo.

Segundo Beck (1997,p.30) “Procuramos o político no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais”. Hoje a política se encontra nas mãos dos cidadãos organizados em ONGS, NMS e demais organismos, que introduzem uma nova concepção política relativa a pratica tradicional. Através desses grupos, possibilita-se uma articulação de novas idéias, concepções diversas das tradicionais, uma maior participação social, originando uma forma de renovação política.

⁸ Nesse sentido, Beck (1997, 35-36) afirma que “há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos... os cidadãos, a esfera publica, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho...”

Através de seus organismos, as micropolíticas estão criando novos grupos sociais diversos dos tradicionais, redefinindo o espaço de atuação da sociedade através da valorização de laços antes esquecidos, como a solidariedade, a igualdade e as decisões coletivas, democratizando práticas cotidianas e incentivando a participação popular.

Considero que as micropolíticas introduzem novas concepções relativas ao poder político da sociedade e do Estado, quando nos apresentam o Estado como um ausente, distanciado das questões sociais e de base, ao passo que a própria sociedade é responsável pelo próprio destino.

Conforme discorri no primeiro capítulo, a globalização fez com que o Estado deixasse de ser o centro do poder, reduzindo sua autonomia e se dividindo em vários organismos, com sua atenção voltada para setores macro e econômicos, com ênfase especial na política externa.

A partir desta nova realidade, as micropolíticas encontram um amplo espaço de atuação, já que, ao mesmo tempo que visam estabelecer um novo equilíbrio entre o Estado e a sociedade civil, atuam nas questões “esquecidas” pelo Estado, pois no momento em que as novas formas políticas têm nas relações comunitárias a base para a constituição dos grupos, incentivam a coletividade a participar ativamente do processo político, através de uma nova interpretação dos direitos e da participação.

Nesse entendimento

(...)os movimentos sociais devem ser vistos também (e neles é claro, seus agentes) como produtores da História como força instituintes que, além de questionar o autoritário e capitalista, questionam com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presente nos partidos políticos.”
(REZENDE apud WARREN, 1996,p.38)

Acrescento ainda que as micropolíticas contribuem de forma significativa no momento que se desvinculam da política tradicional e dos partidos políticos, porque a formação de grupos, comunidades, associações, movimentos, ONGS, possibilita a participação efetiva do indivíduo no processo de construção e questionamento de novos valores e soluções de velhos e novos problemas, oportunizando um verdadeiro desenvolvimento e exercício da cidadania, já que no dizer de Warren (1996,p.55) “transformar não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também nas ações concretas da sociedade civil”.

Dois fatores básicos possibilitam a caracterização das micropolíticas: nelas se verifica uma participação de outros agentes diversos daqueles do sistema tradicional político-partidário, atuando em áreas como a do planejamento social; e, além de grupos, percebe-se a presença dos indivíduos competindo entre si e com grupos pelo poder que emerge do político.

As micropolíticas voltam-se para o apontamento, discussão e formas de solução para problemas diversos daqueles presentes na agenda política tradicional, sempre enfatizando suas características diferenciadas e inovadoras, quando discutem questões contextualizadas na atualidade, através de um diálogo entre os mais variados grupos que as compõe. Aproximam a política dos indivíduos, e oportunizam de forma presente a participação de todos na construção de um novo modelo político, de uma nova cidadania.

Ainda, proporcionam uma participação diferenciada da política moderna quando se utilizam da sociedade para a criação de sua própria rede. Isso porque decisões e inovações, cada vez mais, originam-se longe da esfera do poder tradicional. Conforme Enzensberger (apud BECK;GIDDENS;LASCH, 1997, p. 53) “só quando uma idéia se torna uma banalidade ela passa para o âmbito da responsabilidade dos partidos políticos” .

Sua atuação se dá, na maioria das vezes, relativamente a assuntos “esquecidos” pelo Estado, como ecologia, direitos humanos, questões de gênero, até que seus núcleos localizados nos mais variados e longínquos pontos se unem pela mesma causa, trazendo a questão para o debate coletivo, em um local de grande espaço e observação, chamando a atenção da coletividade, que, por sua vez, é alvo principal das micropolíticas, quando oferece o meio para a expressão dos desejos e propostas dos novos atores políticos surgidos com a globalização com respeito as diferenças, identidades, perspectivas.

Partindo muitas vezes de uma formação e atuação local, organizada em pequenos grupos, as micropolíticas interagem com outros organismos, inserindo-se em locais de maior amplitude e tomando proporções que fogem do âmbito local para se tornar movimentos globais principalmente em razão das redes formadas pelas micropolíticas, pois os movimentos locais tendem a associar suas reivindicações com outros movimentos, mesmo que distantes, interagindo de uma forma ampla e irrestrita, tornando-se viável a um número cada vez maior de pessoas.

As redes formadas pelas micropolíticas representam o meio em que se produz a articulação, cooperação, troca de idéias, tematização, discussão e resolução dos problemas apontados, que incluem tanto os grupos e movimentos formais quanto os informais. Pelas redes é possível a realização de transformações abrangentes e dinâmicas em razão da troca de experiências entre os grupos, além de estratégias de atuação.

Através das redes que estabelecem as micropolíticas se possibilita a concretização de mudanças de caráter global, que se iniciaram no interior de pequenos grupos e se espalham entre todo o espaço social. As redes podem ser encontradas em todas as esferas de atuação das micropolíticas, através das quais é possibilitado aos “atores políticos um melhor entendimento dos mecanismos de poder do que grandes partidos”, nas palavras de Siqueira (2003,p.183).

A atuação em rede oportuniza o desenvolvimento de um diálogo entre os movimentos, entre esses e os indivíduos, constituindo-se em uma renovação no conceito de democracia, já que possibilitam aos indivíduos uma nova forma de exercício da cidadania, uma vez que através de seus movimentos, é possível a reivindicação de direitos e a conscientização de deveres, tarefa essa que não é mais atribuída ao Estado, isoladamente.

Através de sua capacidade de agregar as mais diversas formas políticas, sociais, culturais, decorrente de uma estrutura decisória descentralizada, as micropolíticas dão respaldo a um movimento de renovação política no momento em que apresentam práticas diferenciadas da política tradicional, expondo a realidade de um grupo, comunidade local até o espaço global.

Para uma eficaz compreensão do processo de construção e desenvolvimento global das micropolíticas, e seus reflexos na política tradicional, devemos associá-la a conceitos como pluralismo, autoconstituição e autonomia, que refletem em nossas escolhas e atos, bem como nas tomadas de decisões.

A globalização trouxe, como característica principal na política, o pluralismo, que se faz presente nos indivíduos constituintes da nova força de ação, nas atuais formas de organização política e nos temas da agenda política da pós-modernidade.

Assim observamos que

A falta de massas defendendo um projeto revolucionário nas ruas não significa, na pós-modernidade, apatia política, uma vez que a política moderna é micropolítica, voltada para qualquer grupo social e com múltiplos objetivos (SIQUEIRA, 2003.p.163).

O pluralismo é característica das micropolíticas por excelência, onde nos é permitida a celebração da diferença e a promoção de projetos políticos de alcance global e local. Na verdade, o pluralismo pode ser traduzido como uma reação à política centralizada na massa, vez que não mais podemos falar em identidades coletivas de classe e sim em indivíduos diversos.

Feher; Heller (2002,p.16) traduzem tal idéia quando afirmam que “a condição política pós-moderna se baseia na aceitação da pluralidade, de culturas e discursos. O pluralismo (de vários tipos) está implícito na globalização como projeto”.

Ademais, a globalização somente pode ser definida utilizando-se o pluralismo, vez que este se manifesta na ainda “contínua criação de questões sociais novinhas em folha, e muitíssimo diversas”, conforme Feher; Heller (2002,p.22).

Concordo com Heller quando afirma que a globalização consiste em ver o mundo como uma pluralidade de espaços e temporaneidades heterogêneos. Em minha opinião, o pluralismo desenvolvido com a globalização é significativo no surgimento das micropolíticas, vez que atua com fundamental importância na medida em que as diferenças são visualizadas e respeitadas utilizando-se das mesmas para a construção de movimentos transformadores.

O pluralismo possibilita, sem dúvidas, o surgimento de novos grupos, diferentes das classes, que vão atuar nas áreas de interesse dos mesmos. Não há mais uma totalidade, uma só expressão, uma só vontade. O pluralismo permite a descentralização das ações, a participação dos mais variados indivíduos, o que oferece maiores possibilidades de atuação e concretização de projetos em uma estrutura decisória descentralizada onde são agregados a diversidade política. Ainda, reforça conceitos de identidade coletiva, eliminando o totalitarismo e as soluções únicas, fomentando a construção de diversas culturas e identidades.

Nesse sentido

A liberdade da particularidade e do bem estar do indivíduo repousa no pluralismo. A sociedade civil, esfera que compreende a particularidade na era moderna, consiste de uma variedade de instituições, integrações, corporações, profissões e coisas assim. (FEHER;HELLER, 2002.P.82/83)

Com o pluralismo é possível a aproximação da política aos indivíduos, através da descentralização do poder político e incentivando as iniciativas de indivíduos ou de pequenos grupos, ampliando-se a participação política.

Ao mesmo tempo que o pluralismo veio expandir a participação política e dar oportunidade a idéias individuais, rompendo o conceito de consciência de massa ou de uma só consciência, pode, por outro lado, dificultar o surgimento de um objetivo coletivo, quando dispersa lutas políticas em vários grupos, atuando em diversas frentes. Digo isso porque, se não bem utilizado, pode acarretar a dispersão das lutas sociais, o fracionamento das ações coletivas e a formação de grupos heterogêneos, sem qualquer ligação e, ao fracionar a ação política, não mais se percebe a organização coletiva dos indivíduos em torno de um único objetivo. Temos sim vários grupos lutando cada qual por seu objetivo.

Entretanto, tais questões, como a fragmentação, as lutas localizadas e o individualismo não podem ser analisados através de conceitos e concepções da política tradicional porque, com a globalização, como diz Siqueira (2003,p.181) “o pluralismo, os atores políticos e suas lutas são novos ou recriados” .

Estamos diante de uma transição entre um modelo totalizador de política tradicional para um pluralismo efetivo das micropolíticas que se fragmenta em várias direções, com uma característica tipicamente ambivalente, pois o pluralismo não possui uma direção definida, uma opção única, orientando as ações dos indivíduos das mais variadas formas.

Assim, compreendo o pluralismo como uma possibilidade de expansão ilimitada das idéias políticas, priorizando uma gama de direitos e valorizando a participação política dos indivíduos. Na verdade, enfatizo que o pluralismo possibilita o fim do distanciamento político, ao oferecer alternativas e possibilidades renovadas, gerando, segundo Siqueira (2003 p.181), uma “nova era política que não se deixa compreender sob as categorias e conceitos da política moderna” .

Por isso salientei a importância das redes que compõe as micropolíticas, vez que, partindo de uma dispersão de vários interesses, os microgrupos se unem e, ao invés de observar problemas individuais, através das redes se voltam ao coletivo, com um objetivo global.

Afirmo isso porque, primordialmente, analisavam-se as micropolíticas sob uma ótica restritiva, enfatizando-se seu aspecto local, comunitário. Indiscutivelmente,

é a experiência localizada e a efetivação concreta dos movimentos em âmbito local que, conforme Warren (1996,p.07), “amplia enormemente as perspectivas de transformações sociais” , mas, na atualidade, os movimentos constituintes das micropolíticas não podem ser compreendidos isoladamente e com atuação localizada, senão como inseridos em um mundo globalizado e atuando através de suas múltiplas e diversas redes.

Dessa forma, a multiplicidade caracteriza a agenda política das micropolíticas, pois surgem novos desafios políticos que representam a pluralidade de expectativas e reivindicações, complexas e diversas.

Outra característica marcante da nova política pode ser encontrada na autoconstituição dos movimentos políticos pós-modernos. Significa nada mais que esses movimentos adquiriram uma autonomia própria, não mais dependendo dos atores políticos tradicionais ou dos intelectuais para se fazerem ouvir.

Não mais se subordinam à espera da vontade dos agentes, mas adquiriram voz própria e autonomia para lutar por seus objetivos. Frequentemente, utilizam-se da autonomia para denunciar injustiças e lutar por suas reivindicações.

Segundo Aronowitz (apud HOLLANDA, 1991p.71) “Os novos movimentos sociais são autoprozuidos” o que implica em uma nova formação que não se vincula a conteúdos típicos da política tradicional.

Ao ultrapassar as formas parlamentares de representação, as micropolíticas podem ser tanto locais quanto globais, já que atuam na defesa de seus interesses, que, muitas vezes, vão de encontro as aspirações estatais.

Concordo com Aronowitz (apud HOLLANDA, 1991, p.173) ao dizer que as micropolíticas “tomam emprestado livremente os termos e propagandas da modernidade, mas colocando-os em novos contextos discursivos”. Isso porque, muitas das bandeiras difundidas pelos novos movimentos, como feminismo e sindicais, por exemplo, se fazem presente no cenário político há vários anos, mas têm seus princípios diretores remodelados e renovados com as transformações ocorridas e que ainda ocorrem.

A pauta de reivindicações não é mais a mesma, assim como restou modificada a atuação e a direção das lutas, embora não signifique o fim das mesmas.

Cito como exemplo o sindicalismo. Não é possível interpretar as lutas sindicais atuais como no período nos anos sessenta. Hoje, como diz Aronowitz (apud HOLLANDA, 1991,p.172) “o movimento sindical se constitui por uma rede de afinidades culturais”, onde se percebe uma ampla visão social, mas ligado diretamente as suas comunidades de base e locais de trabalho.

Da mesma forma, temos o movimento feminista. Desde o início do século, observamos a luta das mulheres para sua emancipação, desde o direito ao voto até a igualdade de condições com os homens. Precipuamente constituído de algumas poucas mulheres, com o passar dos anos no decurso das modificações globais, o movimento continua a existir, de forma remodelada, não mais visando somente as mulheres, embora o objeto principal, mas também a qualidade de vida, bem-estar e oportunidades para todos.

Assim, a partir da remodelação dos movimentos já existentes, foi possível a autoconstituição de inúmeros outros, que observam, dentre vários fatores, a situação estrutural e conjuntural existente, a localização e expansão geográfica e cultural, por exemplo, na finalidade de atender seus próprios anseios, mas que os mesmos possam a se tornar anseios globais.⁹

Não é possível se falar em autoconstituição sem salientar a importância da autonomia nesse processo, tanto da autonomia das micropolíticas quanto da autonomia dos indivíduos.

A autonomia dos novos movimentos políticos acarreta uma “intensificação da solidariedade” (Giddens), no momento em que as lutas deixam de ser locais para se tornarem globais, já que a união entre os movimentos se dá de forma espontânea, e não imposta. Os grupos constituintes das micropolíticas são considerados autônomos quanto ao Estado, vez que não dependem do mesmo para sua formação e atuação, embora essa possua interferência significativa, senão fundamental, dentro da área estatal. Ainda, a autonomia dos movimentos compreende, também,

⁹ Sobre a localização dos movimentos, diz Warren (1996,p. 52): O Novo Sindicalismo está consideravelmente mais amadurecido como tal no eixo da Grande São Paulo. Os novos movimentos de Bairro tem tido maior expressão em centros urbanos maiores. O movimento ecológico irradiou-se a partir de Porto Alegre desenvolvendo-se sobretudo na Região Sul e no Rio, São Paulo e Minas Gerais. O movimento feminista teve seu maior poder de mobilização política, inicialmente, no Rio e em São Paulo, expandindo-se depois para outras regiões do país. O Movimento dos Sem-Terra teve seu principal pólo aglutinador no Paraná, irradiando-se com força para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

um respeito pela autonomia econômica e política de cada contexto (Siqueira), em face da sua atuação muitas vezes localizada.

Considero que as micropolíticas têm, além do pluralismo, a promoção da autonomia dos indivíduos como uma de suas lutas mais marcantes. Isso porque, segundo Siqueira (2003,p.186), “um dos objetivos básicos da política pós-moderna é a busca da organização da vida coletiva de tal forma que o indivíduo possa agir livre e independentemente nos ambientes da vida social” .

A autonomia constitui-se, nos dizeres de Siqueira (2003), como um "princípio mobilizador" das novas práticas políticas e é baseada no reconhecimento da independência pessoal e da independência social como forma de maior participação política dos indivíduos em uma sociedade globalizada.

Deve ser entendida no sentido de que aos indivíduos possibilitem-se a escolha livre das condições de vida, associação e direção da sociedade com a finalidade de se construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Tal condição se faz presente nas micropolíticas, que dão voz e vez aqueles que se encontravam marginalizados, excluídos do processo político tradicional.

Ao trabalhar com microgrupos, que podem ou não representar minorias, as micropolíticas desenvolvem consciências críticas em personalidades antes conformadas com a situação, fazendo com que os indivíduos se posicionem efetivamente na busca de melhores condições de vida.

Pelo princípio da autonomia¹⁰, é possível a igualdade dos indivíduos e, a partir daí, a realização de projetos, tanto individuais como coletivos. E mais, é possível a convergência das ações a um determinado objetivo, quando a coletividade concorda, livremente, que tal deva ser atingido.

Ocorre que, para o desenvolvimento da autonomia, no sentido que aqui descrevo, é necessário que os indivíduos possam desfrutar das mesmas condições de vida e de uma estrutura comum, mesmo dentro de seus microgrupos, porque, inexistindo tais condições, não é possível se falar em uma convergência de interesses.

Concordo com Held quando diz que:

¹⁰ Segundo David Held (in MILIBAND, 1997, p.69), o princípio da autonomia pode ser enunciado da seguinte forma: as pessoas deveriam gozar de direitos iguais (e, conseqüentemente, de obrigações iguais, na estrutura que gera e limita as oportunidades a elas disponíveis, isto é, elas deveriam ser livres e iguais na determinação das condições de suas próprias vidas, até onde elas não utilizem esta estrutura para negar o direito de outras.

Aqueles que não tem acesso, por exemplo, a renda adequada, a oportunidades educacionais ou a mídia organizada não tendem, em sociedades como a nossa, a ser capazes de exercitar seu potencial como cidadãos ativos (HELD In MILIBAND, 1997,p.70).

Dessa forma, para possibilitar a autonomia é necessário um desenvolvimento de condições de igualdade, de consciência crítica e de uma desvinculação da política tradicional. Tal desvinculação vem sendo fomentada, na atualidade, através das micropolíticas, que criam ou oferecem estruturas diferenciadas das encontradas na política tradicional.

Ao proporcionar uma reordenação nas atividades políticas dos indivíduos e também da coletividade, a autonomia, além de propiciar um maior número de ações, fomenta também uma interdependência porque, assim como o pluralismo, a autonomia a que me refiro não significa particularidade ou egoísmo, mas uma forma de agir em que o próprio indivíduo busca, nos novos movimentos, a satisfação de suas necessidades conforme suas prioridades, desvinculando-se da política tradicional, do Estado como provedor das necessidades.

3 A RELAÇÃO ENTRE AS MICROPOLÍTICAS E A POLÍTICA TRADICIONAL

As alterações produzidas com a globalização, o descrédito na política tradicional e nos partidos políticos e o surgimento das micropolíticas fazem com que a tarefa da diminuição ou término das diferenças sociais, a inserção de novos participantes no cenário político e, até mesmo, o surgimento de novas concepções políticas sejam depositadas nas micropolíticas e em seus grupos constituintes.

Na atualidade, é possível afirmar que questões locais situam-se em um espaço de atuação reduzido relativamente ao Estado, vez que esse direciona suas atenções principais aos interesses macro econômicos e relações internacionais. Entretanto, não é possível deixar de reconhecer a existência de diversos assuntos ou áreas de interesse locais e regionais, dentro do Estado, que afetam a vida dos cidadãos e que pelo Estado não são atendidos.

A política tradicional do Estado-Nação orienta-se por regras relativas a disputas entre os partidos sobre assuntos essenciais ao Estado, como crescimento econômico, mudança de governos, empregos, entre outros. No entanto, tenho que tais aspectos não podem ser tomados como ponto de partida para a nova forma de se fazer política.

Filio-me a Giddens (2000, p.63) ao afirmar que “uma das principais funções do governo é precisamente conciliar as reivindicações divergentes de grupos de interesse especial” o que, ao meu ver, assegura a existência de outros grupos políticos diversos dos tradicionais que possuem sua própria forma de fazer política e interferem na política tradicional.

Percebo que os espaços públicos¹¹ estão sendo preenchidos por micropolíticas, que através de suas ações coletivas, pautadas por solidariedade, respeito às diferenças, autonomia dos indivíduos, trazem ao espaço público o debate das mais diversas questões.

¹¹ No espaço público (fóruns, redes, plataformas) tematizam-se questões de interesse geral, realizam-se negociações, formulam-se proposições de políticas públicas e pode-se exercer o controle social (Teixeira, 2001, 20).

Através desse processo de preenchimento de espaços, as micropolíticas passam a fazer parte do cenário político, seja pela busca de atendimento para demandas da sociedade, seja pela construção de canais de ligação entre a sociedade e o Estado pois ocupam um espaço de suma importância dentro da sociedade civil, não podendo ser concebidas como fenômenos isolados ou formas combativas ao Estado, mas sim vistas através de uma relação estreita e significativa com o mesmo, já que o Estado possui um campo de atuação privilegiado se comparado as micropolíticas, o passo em que essas possuem a capacidade de organização e transformação da sociedade civil de forma interna, ausente no Estado.

Caracterizadas por sua capacidade de auto organização, engajamento social e participação comunitária, as micropolíticas suscitam a reformulação ou redefinição nas áreas de responsabilidade governamental. Contudo, tal processo não importa em um desaparecimento da política tradicional, ou uma supremacia das micropolíticas sobre o Estado, mas sim um trabalho que deve ser equilibrado, realizado em conjunto pelos vários segmentos representantes tanto da política tradicional como das micropolíticas.

Conforme o que encontro em Warren (1996), afirmo que as micropolíticas constituem fontes de pressão em especial no campo cultural e político. As mesmas vislumbram alternativas para velhos e novos problemas, além de se constituírem no espaço em que a sociedade civil elenca suas reivindicações e pensa soluções. Como movimento, é inegável sua participação na constituição de novos atores sociais e na redefinição dos espaços da cidadania.

Os temas de responsabilidade, os locais de atuação, as necessidades insatisfeitas surgem hoje nos grupos e movimentos constituintes das micropolíticas que se localizam inseridos no interior dos locais de vida dos indivíduos, na vida cotidiana, nos locais de trabalho e compreendem os mais diversos formatos. Discussões e questões como ecologia, raça, gênero, direitos sociais, educação, participação, dentre outros milhares, que afetam a vida de todos nós, são debatidos dentro dos grupos para somente após, tornarem-se visíveis no espaço público dominado ou representado pela política tradicional.

A partir disso, afirmo que a reflexão sobre os problemas pode se dar de forma micro, no interior dos grupos, mas está compreendida no todo maior, ao qual não é possível negar a existência, o que significa que, embora a princípio o problema

possa ser local ele é, na verdade, global, já que na atualidade não é possível desvincular o cotidiano da globalização, pois para Teixeira (2001,p.197) “globalização exige cada vez mais que as ações locais se articulem com ações globais” .

Da mesma forma que não desvinculamos o cotidiano da globalização, não mais compreendemos a política tradicional desvinculada da micropolítica. Entendo que ambas encontram-se em uma simbiose, onde a política tradicional possui os instrumentos necessários para uma atuação efetiva, ao passo que as micropolíticas detém a tarefa de trazer a tona as questões que afetam os cidadãos.

O afastamento crescente entre sociedade e político, se por um lado diferenciou as micropolíticas da política tradicional, por outro fez com que as duas formas interagissem a fim de contemplar o novo discurso e as mudanças surgidas com a globalização.

A fragmentação, a incerteza, a ausência de um centro determinado decorrentes do processo de globalização alterou os padrões políticos tradicionais e nos apresentaram o surgimento de novas categorias, que, pelo fato de se originarem do centro das reivindicações de determinados grupos sociais com a finalidade de inserir na política tradicional os anseios dos cidadãos, detém o poder político. Entretanto, não possuem o aparelhamento e a forma necessária para exercer o poder, pois tais se encontram no Estado e nos partidos políticos.

Com isso, o poder de decisão, de exigibilidade de ações políticas, de definição de prioridades não se encontra mais em mãos de políticos tradicionais, mas sim junto aos grupos constituintes das micropolíticas e, a partir disso, não é mais possível uma separação entre a política tradicional e seus elementos representativos (partidos políticos, direita/esquerda, parlamento) e as micropolíticas, pois as mudanças políticas não mais permitem uma análise de atuação das formas supra citadas em separado.

A interação entre as duas formas possibilita uma reformulação, ou melhor, uma renovação de conceitos, atuação e formas de participação dos indivíduos, inseridos na sociedade global pois as micropolíticas oportunizam acessos aos indivíduos para que participem das discussões e enfrentamento das questões e programas políticos. Uma vez que não restringem sua atuação a espaços delimitados “transformam o próprio significado do termo democracia”

(Siqueira,2003,p.175), propiciando uma ampla participação através de alternativas diversas das oferecidas pela política tradicional.

Com o surgimento das micropolíticas temos uma nova esfera pública em expansão, não-estatal, que se constitui pela sociedade civil, grupos, ONGS, NMS, de caráter público e com objetivo de promoção e atendimento das reivindicações. Diante de tal panorama é imprescindível que o Estado obtenha parcerias com os organismos não estatais, oferecendo sua estrutura para a obtenção dos resultados, pois as micropolíticas não possuem poder de ação isolado, senão inserido no contexto do Estado, que, na presente situação, deve ser compreendido, segundo Held (In MILIBAND,1997,p.68), como “a base sobre a qual é possível salvaguardar reivindicação de direitos e liberdades iguais”.

Adotando significados introduzidos pelas novas formas como o pluralismo e a autonomia, necessariamente a política tradicional volta-se para a solução de novos conflitos e problemas apontados pela sociedade, transformando-se em estruturas mais complexas e completas, representando, nos ensinamentos de Siqueira (2003,p.171), “uma mistura de afirmações bastante globais e de objetivos muito particulares” que representam uma mudança no estilo de vida, no respeito aos direitos humanos, ofertando novos significados a princípios universais.

Cabe até mesmo ao próprio Estado o incentivo e a participação de outros atores na esfera pública, com o estímulo a cooperação e conexão entre os mais diversos organismos a fim de possibilitar a real democratização dos processos decisórios utilizando-se a participação de idéias coletivas e individuais, pois suas decisões não mais se encontram isoladas e sim se refletem na dinâmica global e afetam outros países.

Estamos hoje diante de uma renovação da política tradicional que torna

Valores históricos, alguns procedimentos e instrumentos tradicionais compatíveis com as referências culturais, procedimentos e aspirações que estão se tornando dominantes em nossas sociedades, como resultado tanto do poder do discurso dominante emergente como dos grupos sociais dominantes emergentes (ESCUDEIRO In MILIBAND, 1997,p.297)

Para tanto, faz-se necessário um fortalecimento das relações entre Estado e sociedade civil organizada para que se possa ter um projeto concreto de democratização global da sociedade, e tal fortalecimento não pode ser concebido sem a participação de partidos políticos.

Afirmo isso porque os partidos políticos devem ser considerados como o instrumento para participação política ou inserção de idéias e reivindicações políticas dos microgrupos. O modelo tradicional de partido político está em crise pois se mostra como estrutura hierárquica, clientelista e que contempla poucos anseios. Segundo Escudero (In MILIBAND, 1997, p.300) os “partidos políticos são a base da democracia e das liberdades civis, e por isso tão necessários e presentes.

Faz-se necessário que os partidos políticos possibilitem às micropolíticas a participação e oferecimento das idéias e discussões aos temas de interesse da sociedade¹², pois as micropolíticas, isoladas, não possuem a força necessária para a implementação de seus objetivos. Nesse ponto, os partidos políticos assumem uma vital importância, não na sua forma tradicional burocratizada e desacreditada, mas no desempenho de um novo papel, relativo ao encaminhamento das problemáticas e soluções das questões levantadas pelos movimentos característicos das micropolíticas. Para isso se faz necessária a remodelação das formas institucionais dos partidos, através de uma nova compreensão e interação com os grupos micropolíticos, com uma verdadeira renovação dos partidos políticos e um novo posicionamento político frente aos dilemas locais e globais.

Embora constata a participação das micropolíticas na esfera pública, percebo que as instituições políticas ainda são fechadas à maioria da sociedade. Com a renovação que aponto, os partidos políticos, em especial, deverão se transformar em organizações abertas, transparentes e que oportunizem um verdadeiro acesso aos cidadãos.

O que é necessário é que ocorra uma efetiva colaboração e interação com a preservação das características de cada pólo, mas com respeito a diversidade e somando as positivities de cada um, já que assim torna-se possível atender tanto as demandas da política tradicional quanto das micropolíticas, vez que não é mais possível conceber as duas formas agindo isoladamente, senão em uma atuação em conjunto, onde, no somatório das forças, veremos atendidos os anseios da população.

Trata-se de uma interação onde as micropolíticas, através de seus grupos constituintes, apontam as áreas a serem contempladas, debatidas e supridas e os

¹² Escudero (In Miliband, 1997, 300-01) afirma que o núcleo da alienação dos partidos em relação á sociedade é a natureza anômala e autônoma que eles mostram hoje em dia. Há uma necessidade de novas formas de controle e participação da sociedade, de modo que aqueles que participem de decisões de partidos não sejam, como hoje em dia, uma porcentagem minúscula de votantes.

partidos políticos, através de seus representantes, captam as reivindicações, inserindo-as na agenda política, tudo isso sob a fiscalização do cidadão, que é quem controla verdadeiramente o processo político.

No entanto, o papel das micropolíticas em relação aos agentes políticos tradicionais deve ser entendido como complementar ou autolimitado (Teixeira, 2001), pois não é possível que substitua tais estruturas, senão que influa nas decisões políticas produzindo uma verdadeira renovação política. Afirmo isso porque as micropolíticas não têm como objetivos a assunção de poderes típicos da política tradicional, como eleições ou a lógica dos partidos políticos. Elas ocupam as lacunas surgidas com as alterações da globalização para trazer a tona questões esquecidas mas de suma importância para a sociedade e, com isso, fomentar o debate e impulsionar novas reivindicações.

Percebo que, na maioria dos casos, as micropolíticas são constituídas por grupos politicamente indefinidos, já que tem por objetivo precípua ver atendido seu interesse, sua luta. Isso significa que, embora alguns ofereçam seu apoio a esquerda ou a direita, tal não pode ser considerado como estável, cumprindo aos constituintes políticos tradicionais saber interpretar o comportamento dos microgrupos, compatibilizando sua base tradicional com as atenções que as micropolíticas demandam.

Partindo-se da afirmação que a individualização dos interesses políticos e sociais traduz a nova forma de participação com a transferência de certas responsabilidades para as micropolíticas, o fato das mesmas se constituírem em grupos politicamente indefinidos pode tanto favorecer sua atuação, quanto possibilitar a cooptação dos grupos pelos partidos políticos tradicionais, desvirtuando a razão de ser das micropolíticas.

O pluralismo das micropolíticas amplia a descentralização política, quando demonstra diferenças entre a política tradicional e as novas formas surgidas com a globalização. Ao mesmo tempo que torna os atores políticos dispersos, dispersas também são as lutas e alianças políticas, o que pode, de certo modo, enfraquecer a credibilidade dos movimentos. Afirmo isso porque, no momento em que as micropolíticas possibilitam uma participação diversificada, atuando em várias questões ao mesmo tempo, correm um grande risco de se tornarem uma prática política fragmentada, descontínua.

Da mesma forma, as próprias características inerentes as micropolíticas, como o pluralismo, a autonomia, a ausência de um centro organizacional podem, se não utilizadas corretamente, acarretar uma posição contraditória dentro dos próprios grupos.

Reconhecidamente promotores da autonomia, os movimentos sociais podem vê-la abalada ou até mesmo perdida em razão do atrelamento dos partidos políticos às suas idéias, pois constituindo-se os partidos políticos, na atualidade, em instituições desacreditadas, tal situação faz com que se lancem em uma busca por apoios e ligações que sejam importantes e suficientes para determinar sua permanência no poder. Assim, utilizando-se da fragmentação dos novos movimentos, buscam seu apoio dentro dos grupos constituintes das micropolíticas.

A necessidade de ver restaurada a credibilidade e a “retomada” do poder político, bem como a busca pela centralização e o controle exercido pelos partidos relativamente aos movimentos oportunizam aqueles um atrelamento e usurpação das questões e bandeiras levantadas pelas micropolíticas que, a partir disso, correm o sério e verdadeiro risco de ter suas propostas identificadas com ideologia partidária ou com outros elementos identificadores da política tradicional, como o autoritarismo, por exemplo.

Sem possuir relações hierárquicas e com sua organização informal, as micropolíticas podem ser desvirtuadas se cooptadas pelos partidos políticos, tornando-se limitadas e sem possibilidade de expansão, diminuindo consideravelmente o âmbito de atuação e reduzindo, por conseqüência, sua autonomia.

Afirmo isso pois é justamente a desvinculação dos padrões políticos tradicionais que caracteriza as micropolíticas e faz com que tenham apoio popular, com a conseqüente participação efetiva da sociedade civil em seus grupos constituintes. Se os partidos políticos, ao invés de firmar parcerias para o trabalho em conjunto com as micropolíticas buscarem somente usufruir da fragilidade de alguns movimentos, bem como não discernindo as micropolíticas o papel que cumpre aos partidos políticos de levar as questões surgidas na sociedade civil até a esfera tradicional do Poder, a articulação entre as micropolíticas e os partidos políticos não será bem compreendida, afetando, sem dúvidas, a autoconstituição e autonomia dos grupos sociais.

Concordo com a afirmação

O liame que se estabelece entre partidos e determinados movimentos sociais pode comprometer a integração na forma de redes de movimentos, visto que a tendência ideológica e partidária dos movimentos sobrepe-se às questões de defesa da cidadania e à necessidade de estabelecer uma relação horizontalizada entre atores sociais, pressuposto fundamental para a construção de uma sociedade democrática.(CHRISTO, 1998)

No entanto, não podemos desconsiderar a importância da articulação entre as micropolíticas e os partidos políticos, tendo em vista que as micropolíticas não tendem nem intencionam sobrepor-se aos mesmos, senão a atuar em conjunto, utilizando-se da estrutura já existente dos partidos políticos para por em prática as questões e idéias levantadas ou originadas nos grupos.

Considero que tendo os partidos políticos tradicionais uma forma de fazer política inversa a forma proposta pelas micropolíticas, se faz necessária a atuação em conjunto, a fim de não prejudicar a autonomia das micropolíticas e proporcionar a renovação da política tradicional.

O que percebo é que se as micropolíticas não absorvem questões globais e lutam somente por seus objetivos específicos, é possível e provável que ocorra uma política fragmentada, voltada apenas para a satisfação de um pequeno grupo, o que favorece a cooptação de seus participantes pela política tradicional sendo que daí os novos movimentos sociais irão formular sua orientação ideológica passando a atuar como coadjuvantes no processo político, ao invés da proposta primordial das micropolíticas.

Considero que, se o respeito, a diversidade e a autonomia são características das micropolíticas, as mesmas devem encontrar o centro comum para o fortalecimento. Da mesma forma, o pluralismo deve ser entendido como a forma de contemplar vários e diversos indivíduos e não se tornar particularismos, assim como a autonomia deve ser pautada pela identidade do grupo e dos que a compõe, a fim de transpor barreiras que o limitam a reivindicações imediatas e se prevenir contra a provável cooptação.

Entretanto, conforme Teixeira (2001, p.195), “o risco da burocratização, da cooptação de atores sociais ou de alguma forma é contornado por outras formas de ação coletiva, que vão dos protestos de rua à desobediência civil”.

Além destes, entendo que o fato de os movimentos sociais não visarem apenas ações periódicas, como as eleições, ou não possuírem uma atuação

embasada na lógica dos partidos afastam, de certa forma, a cooptação, pois as micropolíticas fiscalizam as ações e responsabilidades dos partidos políticos acima de tudo, não somente através de alianças, mas pela própria atuação como movimentos de pressão.

O papel das micropolíticas consiste, efetivamente, em tematizar as questões que surgem na sociedade e que vem a tona em seus grupos constituintes para, após, apresentá-las aos órgãos políticos tradicionais que, então, utilizando-se dos parâmetros apresentados, lançam em cenário de grande amplitude, proporcionando uma verdadeira participação cidadã.¹³

Ainda, as micropolíticas são formadoras de opinião e fontes de pressão relativas a política tradicional, através de suas redes locais, regionais, nacionais ou globais, o que fortalece, por si só, os próprios grupos evitando uma penetração nociva da política tradicional em seu interior.

Para evitar a cooptação e o desvirtuamento das características das micropolíticas pelos partidos políticos tradicionais se faz necessário

(...) buscar os vestígios das formas tradicionais de fazer política (clientelismo, paternalismo, autoritarismo populista ou estalinista) nos novos movimentos sociais, bem como de buscar os novos estilos de fazer política nos sindicatos, partidos e instituições governamentais. (WARREN, 1993, p.23).

Com a renovação da política tradicional, representada através dos partidos políticos, produzida em grande parte pela atuação das micropolíticas, que repensam e reinventam os objetivos, poderemos concretizar metas almejadas por nossa sociedade, com um mundo democrático, em condições de igualdade, com respeito ao ser humano.

Conforme Aronowitz (apud HOLLANDA, 1991) “A política tradicional jamais vai findar, embora constatada sua degeneração em relação a esfera pública.” Entretanto, não se pode conceber o privado, as micropolíticas, sobrepondo-se ao público, senão uma atuação conjunta das duas categorias.

As micropolíticas têm uma participação fundamental na renovação política, na medida que provocam a revisão e a reformulação de práticas políticas tradicionais, dentro dos partidos políticos, até mesmo propiciando a formação de novos partidos,

¹³ Segundo Teixeira (2001, p.20) a participação cidadã se constitui de ações organizadas e planejadas, ou, as vezes, espontâneas, numa relação contraditória entre os diversos atores, desenvolvendo-se e cristalizando-se em determinados espaços públicos.

surgidos a partir da hegemonia buscada por certos movimentos. Somente atingindo um novo equilíbrio entre sociedade civil e Estado, ampliando a democratização e oportunizando cada vez mais a prática da cidadania, poderemos falar em uma real renovação política, que contará com a participação de toda a sociedade.

Concordando com Siqueira (2003,p.172), “estamos falando de uma concepção ampla e não restrita de política”, pois a política se renova e está a se renovar, em especial, através da interferência e a partir do surgimento das micropolíticas. Assim, conforme Beck;Giddens;Lasch (1997,p.30) “a constelação da sociedade industrial está se tornando não política, enquanto que o que não era político no industrialismo está se tornando político”¹⁴

Com as transformações proporcionadas dentro da sociedade civil, através das micropolíticas, e a área de abrangência do Estado, que deve absorver as idéias novas, é possível se falar em uma verdadeira construção da cidadania, pois a mesma está diretamente relacionada com a ampliação da participação social e comunitária.

A partir do momento que as micropolíticas desenvolvem seu trabalho nos mais diversos níveis, através da articulação entre seus vários pontos de atuação, sejam eles locais ou globais, oportunizam novos espaços comunitários e oferecem novas possibilidades para o exercício da cidadania, que não mais se restringe ao voto.

Com a abertura de novas possibilidades de participação para grupos e indivíduos antes excluídos, a nova cidadania “habilita novos aspectos da vida social para se tornarem parte do processo político” (Siqueira, 2002), pois se utilizam do cotidiano de cada indivíduo, de suas necessidades, reivindicações e obrigações para informar o poder político do que necessita ser atendido.

Assim, a nova cidadania pode ser traduzida como a participação livre e efetiva dos indivíduos nas questões políticas e sociais, e se consolida em razão do surgimento das novas categorias por mim apontadas no decorrer dos capítulos anteriores, como o pluralismo e a autoconstituição, mas, sobretudo, em face das mudanças surgidas com a globalização, e que alteraram nossas referências anteriores, mostrando-nos um novo panorama político.

¹⁴ Siqueira (2003, p.173) afirma que é possível perceber tal fato “quando a política partidária, com objetivos alheios ao cidadão, é superada por uma ‘política de contexto’ (Feher;Heller, 1994), como a forma e se fazer política pós-moderna”.

A partir disso, se torna possível perceber o que salientei relativamente a interatividade das duas formas políticas, pois a nova cidadania se forma nas micropolíticas, mas é exercida também e principalmente no espaço público da política tradicional, influenciando decisivamente em sua renovação.

Com a interatividade da política tradicional e das micropolíticas temos hoje uma redefinição do conceito de cidadão, de democracia e de participação, pois a democracia na nova política ultrapassa as formas parlamentares, já que se volta para necessidades básicas do indivíduo, mas de forma globalizada, reconhecendo-se a existência da política em todos os lugares, e não somente nos espaços formais. Assim, com o surgimento das micropolíticas os problemas antes considerados individuais dependem de decisões políticas globalizadas.

Não é mais possível que existam decisões isoladas, deslocadas que não observem os vários grupos sociais, os interesses dos mais diversos cidadãos. Daí afirmo que, com a interação dos dois organismos políticos, os cidadãos passam a ser inseridos em uma comunidade política que oferece possibilidades de livre associação e escolhas, com respeito a diversidade e autonomia de seus membros, proporcionando uma participação cidadã e democrática.¹⁵

¹⁵ Conforme Held (In Miliband, 1997, p.68), se democracia significa governo pelo povo, a determinação da decisão pública tomada por membros igualmente livres de uma comunidade política, então a base de sua justificação reside na promoção e intensificação de autonomia para os indivíduos e a coletividade. E esta justificação supõe que as pessoas são os melhores juízes de seus próprios fins, que elas são capazes de respeitar as capacidades, umas das outras e que elas podem aceitar o caráter autêntico e ponderado do julgamento dos outros.

CONCLUSÃO

A globalização, compreendida no sentido de transformação do tempo e do espaço, de modificação de referências antes padronizadas, de indeterminação de centros decisórios e de poder, de alteração nos hábitos e procedimentos da vida cotidiana, tornando o que era local inserido em um mundo global deve ser entendida como presente e inegável em nosso contexto.

O sentido de indeterminação, de ausência de centros decisórios e de poder oferece vasta perspectiva para ações e práticas políticas desvinculadas da política tradicional, já que os novos atores, com suas idéias inovadoras, encontram nesse panorama alterado um verdadeiro incentivo para a reinvenção e re-elaboração dos significados antes tidos como padrão.

Assim, concluo que a partir do processo globalizador, proporcionaram-se novos espaços para a participação política e social, uma vez que a relação entre Estado e sociedade civil sofreu e ainda sofre modificações visíveis, mas, no entanto, que oportunizam o surgimento de novas formas políticas.

Afirmo também que as categorias do pensamento político tradicional, como partidos políticos, esquerda e direita e a função do Estado foram questionados e transformados com a globalização, adquirindo um novo sentido frente as novas categorias surgidas com as micropolíticas já que não mais podem ser compreendidas sob o fundamento de suas bases tradicionais, senão como renovadas ou repensadas.

Além de modificar tais conceitos, entendo que a globalização trouxe novas interpretações no tocante a relação do Estado e sociedade civil, bem como ações locais e ações globais. Afirmo que o Estado encontra-se em uma crise, na qual não é mais possível que apresente soluções às demandas sociais, em especial aquelas que reivindicam soluções para problemas que não são, hoje, considerados como

imprescindíveis a uma política global, mundial, ou, de certa forma, econômica e macro estatal.

Ressalto, a partir da afirmação supra, que atualmente, não se pode mais exigir que o Estado, com sua forma política tradicional, assegure a coesão social e a satisfação de todos os desejos da população, o que torna necessário que a política tradicional, já enfraquecida, seja substituída por novas responsabilidades determinadas à sociedade civil.

Na atualidade, não é mais possível que se aguarde soluções e respostas dos representantes da política tradicional aos anseios e desejos da sociedade. Isso porque, com a alteração dos padrões, distanciamos-nos dos padrões políticos tradicionais, o que nos leva a uma maior participação social e comunitária, pois a política surgida com a globalização caracteriza-se, indubitavelmente, pela participação social em movimentos culturais, políticos e sociais.

O desencontro entre o que desejamos nós, sociedade civil, e o Estado, como representante da política tradicional, faz com que ocorra uma reorganização dos aspectos políticos, com o surgimento de novos atores e novas formas políticas, diversas e independentes das esferas tradicionais do poder. Assim, hoje, o coletivo é o sujeito principal da nova forma política, onde os assuntos surgidos nos locais não tradicionais de poder passam a ocupar o espaço político com grande representatividade.

Ao voltar suas atenções as necessidades básicas dos indivíduos, a política surgida com a globalização faz com que algumas das tarefas antes atribuídas ao Estado não mais são por ele contempladas, o que faz com que se torne necessária a participação social no processo de construção e reivindicação de demandas que devem ser contempladas.

A partir disso, concluo que projetos políticos baseados somente em concepções políticas tradicionais, em especial em conceitos de esquerda e direita, não mais possuem aplicação que contemple os anseios sociais. Por tal motivo se faz necessário o surgimento e a utilização de novas formas políticas que observem o arranjo e a participação dos atores, como uma forma de re-elaboração da política.

Na atualidade, os cidadãos desejam que suas opiniões sejam ouvidas, não somente através do voto, que não pode ser mais compreendido como a única forma de participação. Desejam sim participar das discussões políticas e das decisões a

fim de executar mudanças sociais e econômicas, o que é possível através da criação e surgimento das novas formas políticas, que se desvinculam da política tradicional.

Assim, com a redução do papel do Estado, a descentralização do poder e a re-elaboração dos conceitos políticos, a partir da globalização, algumas atribuições são assumidas por agentes constituintes das micropolíticas, os quais passam a fazer parte da construção e desenvolvimento de novos espaços e novas formas de participação.

Vejo as micropolíticas como a forma surgida através da globalização para a renovação da política tradicional, no momento em que se constituem como os novos espaços de poder que são ocupados pela sociedade civil, permitindo a participação dos indivíduos na nova política, pois através dos grupos constituintes os temas de interesse social são trazidos a agenda política.

Destaco que é a partir das micropolíticas que temos uma articulação de novas idéias, pois as mesmas oportunizam a todos, indivíduos, agentes, grupos e movimentos, que antes se encontravam afastados do processo político, até mesmo em face do descrédito, uma verdadeira participação para a indicação e prioridades de novos e velhos problemas que devem ser observados e solucionados.

Os grupos constituintes das micropolíticas, assim, vêm assumir um papel que anteriormente era desempenhado com exclusividade pelo Estado e partidos políticos, pois, localizando-se em uma esfera diversa da política tradicional, criam novas formas de participação, com uma verdadeira renovação da atuação social através da valorização de características antes esquecidas, democratizando práticas cotidianas, oportunizando um exercício de cidadania que não compreende somente o voto.

Saliento, com isso, que a sociedade é responsável pelo próprio destino, estabelecendo um novo equilíbrio entre as suas aspirações e a atuação Estatal, no momento em que a coletividade é chamada para a participação política, através, e principalmente, da forma diferenciada como atuam, desvinculando-se dos conceitos bipolares da política tradicional.

Ao se desvincularem, as micropolíticas criam suas próprias redes de atuação, interagindo com outros grupos que buscam respostas aos seus anseios, partindo de uma rede local de atuação para uma rede global, onde todos estamos inseridos no processo político, tornando-se presente e viável a um inúmero contingente de indivíduos.

Acho importante destacar que o diálogo efetivo e presente nos grupos micropolíticos, assim, constituem-se em uma forma de renovação política por excelência, a medida que, pelo exercício da cidadania e prática política resta desvinculado da política tradicional, atribuindo a todos nós, indivíduos, reivindicação de direitos e conscientização de deveres, que não mais pode ser somente tarefa do Estado.

Afirmo que as micropolíticas, em especial através do pluralismo e da promoção da autonomia dos indivíduos, provoca uma revisão nos valores e conceitos que anteriormente tínhamos como padrões. Pelo pluralismo, entendemos que as diferenças existem e devem ser respeitadas, sendo que as mesmas são de grande importância para a construção dos movimentos transformadores, na medida em que os conceitos únicos são eliminados, para a formação de diversas culturas e várias identidades. Com o pluralismo presente nas micropolíticas podemos promover os projetos políticos de alcance local e global, aproximando-se a política dos cidadãos comuns, que antes não participavam do processo, uma vez que, respeitadas as diferenças, contempla a todos, sem exceção.

Da mesma forma, a autonomia presente nas micropolíticas é característica essencial para a renovação política, já que permite que cada uma aja conforme suas convicções, desenvolvendo consciências críticas, também faz com que os indivíduos busquem condições de igualdade entre si, a fim de efetivamente realizarem projetos individuais e coletivos. Assim, para a nova prática política, a autonomia constitui-se em requisito fundamental, pois somente em face da independência social e política é possível análise fática e contextual, para então interagir com o grupo ou cenário que melhor lhe parecer.

Por tudo isso, coloco as micropolíticas como a forma de renovação política surgida com a globalização, em face de sua natureza autônoma, mas não desvinculada da política tradicional, oferecendo um potencial de participação social e comunitária amplo e de atuação ilimitada, através da qual os indivíduos, antes excluídos do processo político, detém o poder de reivindicação e conscientização de direitos e deveres, em especial através dos microgrupos.

Ainda, as micropolíticas, no atual contexto, não mais podem ser consideradas como organismos locais, senão como inseridas em um mundo globalizado, haja visto sua atuação em rede, o que proporciona, ainda mais, o desenvolvimento de

consciências críticas e de preenchimento de espaços antes ocupados pela política tradicional, fazendo parte efetiva do cenário político surgindo com a globalização.

Em face de suas características, como a autoconstituição, a promoção da autonomia e o pluralismo, as micropolíticas possuem uma capacidade de auto-organização, engajamento social e participação comunitária, as quais estimulam a reformulação e redefinição dos espaços que anteriormente eram considerados de responsabilidade governamental.

Saliento que o surgimento das micropolíticas, no entanto, não importa no desaparecimento da política tradicional. Embora os assuntos de responsabilidade surjam, hoje, no âmbito micropolítico, é necessário mais que o aparato micropolítico para que as necessidades e reivindicações sejam satisfeitas.

Aponto que o trabalho das micropolíticas deve ser realizado em conjunto com os vários segmentos representantes, tanto das micropolítica, quanto da política tradicional, uma vez que o Estado detém os instrumentos necessários para a atuação efetiva, enquanto as micropolíticas apontam as questões que afetam a sociedade.

Afirmo isso porque a exigibilidade e o poder de decisão se encontra nas mãos dos cidadãos, que através dos grupos micropolíticos suscitam e debatem as questões que devem ser atendidas. Entretanto, a forma para a resolução dos problemas, o aparato necessário encontra-se junto ao Estado, assim como aos partidos políticos.

Considero que os partidos políticos são as instituições representantes da política tradicional que mais se renovam a partir do surgimento das micropolíticas, uma vez que com o surgimento da nova esfera pública, os mesmos passam a ser considerados como a forma de participação política e de inserção de idéias dos microgrupos.

Os partidos políticos passam a desempenhar um novo papel para o encaminhamento das problemáticas levantadas e para a busca de soluções, através de um novo posicionamento frente aos dilemas sociais. Os mesmos passam de formas burocratizadas e desacreditadas para verdadeiros construtores da participação popular, a medida que oportunizam vez e voz aos que antes encontravam-se excluídos do processo político.

O que ocorre, na verdade, é uma interação entre as micropolíticas e a política tradicional, pois é impossível, na atualidade, negar a relação entre ambas. Através

da efetiva colaboração e integração das duas formas políticas, a inovadora e a tradicional, com o respeito às características de cada uma, é possível atender-se as demandas apontadas pelas micropolíticas, bem como os dilemas da política tradicional, em um âmbito macro social e econômico.

Destaco a necessidade de se compreender a nova forma de se fazer política, através da relação entre as micropolíticas e a política tradicional, não com base em conceitos obsoletos e modificados pela globalização, mas sim pelo novo cenário que se desenha, pelas novas formas surgidas com as micropolíticas e através do novo espaço público em expansão.

Hoje, estamos diante de uma nova concepção de política, não de forma restrita, mas sim uma concepção ampla, já que o cotidiano é utilizado, através das micropolíticas, para a verificação das necessidades, reivindicações e obrigações, informando-se o poder político tradicional do que está ocorrendo, proporcionando-se, assim, a formação de uma nova cidadania, que contempla não somente o voto, mas a ampla participação social nas questões políticas do local onde se situa o indivíduo.

Por fim, concluo afirmando que o diálogo entre as micropolíticas e a política tradicional é possível e imprescindível, pois é a partir desta interação que os objetivos políticos serão repensados e renovados, abrindo-se possibilidades de concretização de metas almejadas por toda a sociedade civil, com a inclusão social, condições de igualdade, práticas democráticas e integradoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. **Modernização Reflexiva-Política: tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol. 1. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHRISTO, Renata Costa. **O papel do movimento das mulheres no processo de construção da cidadania: uma questão de micropolítica**.1998. Monografia (Especialização em Pensamento Político Brasileiro)Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1998.Outubro de 1998. Monografia (Especialização em Pensamento Político Brasileiro) Disponível em:<www.angelfire.com/sk/holgonsi> Acesso em: 10 jan. 2005.

FEHÉR, Ferenc; HELLER, Agnes. **A condição política pós-moderna**. 2ª ed.Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira,2002.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via** : reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. 3ª ed. São Paulo: Record, 2000.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pós-modernismo e Política**.Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MILIBAND, David (org). **Reinventando a Esquerda**. São Paulo:Editora Unesp, 1997.

SIQUEIRA,Holgonsi Soares Gonçalves. **Globalização e autonomia: limites e possibilidades**.Disponível em: < www.angelfire.com./sk/holgonsi>Acesso em 05 jan.2005.

_____.Nova cidadania-conceito pós-moderno. **A Razão**. 26 set. 2002. Disponível em: www.angelfire.com/sk/holgonsi Acesso em: 04 dez.2004.

_____. **Pós- modernidade, política e educação:** a condição política pós-moderna e suas implicações na construção de uma educação pós-moderna crítica. 2003. Tese (doutorado, 2003).

TEIXEIRA, Elenando. **O Local e o Global:** limites e desafios da participação cidadã. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais.** 2ª ed. São Paulo, Loyola, 1996.